FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA PÓS- GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

NADA É POR ACASO

O ESPAÇO DE EXCLUSÃO DAS FORMAS NO CAMPUS DA UNIR

LORENZO MAX GVOZDANOVIC VILLAR

PORTO VELHO
2013

LORENZO MAX GVOZDANOVIC VILLAR

NADA É POR ACASO

O ESPAÇO DE EXCLUSÃO DAS FORMAS NO CAMPUS DA UNIR

Dissertação apresentada como requisito obrigatório à obtenção do Grau de Mestre em Geografia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Orientador: Dr. Adnilson de Almeida Silva

PORTO VELHO
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

V719n

Villar, Lorenzo Max Gvozdanovic
Nada é por acaso: o espaço de exclusão das formas no Campus da Unir/ Lorenzo Max Gvozdanovic Villar. Porto Velho, Rondônia, 2013.
112 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

Orientador: Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva

1. Espaço. 2. Lugar. 3. Geografia. 4. Planejamento espacial. 5. Arquitetura. I. Silva, Adnilson de Almeida. II. Título.

CDU: 911.371

Bibliotecária Responsável: Cristiane Marina T. Girard CRB11/897

MESTRADO EM GEOGRAFIA - UNIR
A Amazônia e Políticas de Gestão Territorial

PPGG

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR

NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

LORENZO MAX GVOZDANOVIC VILLAR

A Banca de defesa de Mestrado presidida pelo Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva e constituída pelos examinadores Prof. Dr. Eliomar Pereira da Silva Filho e Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva reuniu-se no dia 14 de outubro de 2013, às 9h na sala de aula Rosa Ester Rossini, Prédio do Mestrado em Geografia, sito no Campus Universitário José Ribeiro Filho, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada "NADA É POR ACASO: O ESPAÇO DE EXCLUSÃO DAS FORMAS NO CAMPUS DA UNIR", do mestrando Lorenzo Max Gvozdanovic Villar, matrícula 200811503. Após a explanação do mestrando, e sua arguição pela Banca Examinadora, a referida dissertação foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi considerado APROVADO. Conforme determinação do Colegiado do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, o candidato tem o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar desta data, para realizar as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação.

Porto Velho, 14 de outubro de 2013.

Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva
Presidente

Prof. Dr. Eliomar Pereira da Silva Filho
Examinador

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa silva
Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico a realização deste trabalho aos professores do Programa de Mestrado em Geografia pela disposição em manter vivo este espaço de discussão, em especial aos professores Dorisvalder, Josué, Graça, Adnilson e Eliomar.

Ao Professor e primeiro orientador Marco Teixeira.

Ao Professor Carlos Santos por ter me propiciado as mais profundas reflexões sobre o tema.

Aos meus amigos Wilton Medeiros pela disposição em debater os assuntos sempre que precisei e ao Jorge Américo pelo incentivo.

A engª Rosângela e ao arq.° Ramires, colegas da UNIR que dispuseram, sem restrição, de todo material de que precisei.

A minha esposa Lana e filhos Flora e Pablo pela compreensão dos dias ausentes.

RESUMO

Este trabalho tem por interesse revelar a exclusão social que acontece através da Representação do Espaço feita pela Arquitetura. Isto só é possível se considerarmos como premissa o conceito em que o Espaço transforma e é transformado pelas ações sociais. Esta relação dialética entre Forma e Conteúdo expressa pela máxima Geográfica como: as formas espaciais são produto do processo social, será aplicada ao estudo de caso utilizando a forma arquitetônica como ferramenta de análise, considerando que esta tem sido um dos instrumentos oficiais das obras públicas para representar a espacialidade dos grupos dominantes.

Palavras Chave: Espaço, Lugar, Geografia, Arquitetura, Planejamento.

ABSTRACT

This work has the interest to reveal the social exclusion that happens through space representation made by the architecture. This is only possible if we consider premised on the concept that space transforms and is transformed by social actions. This dialectical relationship between form and content expressed by the maximum Geographic as the spatial forms are the product of the social process will be applied to the case study using the architectural form as an analysis tool, as this has been one of the official instruments of public works represent the spatiality of the dominant groups.

Keywords: Space, Place, Geography, Architecture, Planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fiocruz em Porto Velho 27
Figura 2- Modo de vida amazônico Figura 3- Espaço do amazônida .. 27
Figura 4- Edifício do Tribunal de Justiça de Rondônia. Fonte: Google earth 28
Figura 5- Palacio Rio Madeira. Sede do Governo do Estado de Rondônia. Fonte: Google earth 28
Figura 6- Charge sobre a aplicação da teoria de Le Corbusier 31
Figura 7 - As 'novas' Arquiteturas Modernas , ... 33
Figura 8- Comunicação ou Informação com os vizinhos? 33
Figura 9- Cartazes da convocação de mão de obra para a produção de borracha na Amazônia 43
Figura 10 - Cartaz que demonstra o papel da região durante a guerra 43
Figura 11- Visita do escritor Mário de Andrade a Rondônia 45
Figura 12 Divisão territorial de Rondônia em 1976. 45
Figura 13 – Divisão territorial de Rondônia em 2002. 46
Figura 14 Espaços de Representação Institucional 47
Figura 15 - Moradia popular da época 47
Figura 16- Oca- Atendimento ao cidadão 49
Figura 17- Rua Epaminandas Jacome (Rio Branco)- hoje 49
Figura 18 Rua epaminandas Jacome- antes 50
Figura 19 – Tipologia da representação espacial nordestina 51
Figura 20 – Hábito trazido pelos migrantes 51
Figura 21 - UNIR centro 58
Figura 22 - Quantidade de alunos por instituições. 61
Figura Figura 23 - Relação candidato/ vaga. 67
Figura 24 - Relação entre quantidade de pessoas por atividades no campus 68
Figura 25- Investimentos em obras 72
Figura 26. Plano Diretor Físico. Zimbres & Reis. 1986. Fonte: Direa/UNIRPlano diretor Físico- 74
Figura 27 - Detalhe da Prancha do Plano Diretor 74
Figura 28 . campus UNIR Figura 29 . Campus da UFPA 75
Figura 30 - . Campus UFAM Figura 31 - . Campus UFAC 76
Figura 32 - . Placa de inauguração de um dos Blocos da construção do campus. 77
Figura 33 – O Plano Diretor e o que foi construído na 1ª Etapa 78
Figura 34 - Topografia da área 79
Figura 35 - Platô usado para implantação do projeto 80
Figura 36 - Foto aérea da Implantação Original. Fonte: Prof. Teophilo 81
Figura 37- Projetos que não consideram a paisagem natural. Fonte: o autor 81
Figura 38 - Formas construídas 83
Figura 39- Preocupação quanto a insolação. 84
Figura 40- Formas qquanto suas repostas a insolação. 84
Figura 41 e Figura 42 – O espaço recriado pela Vivência 85
Figura 43 - Campus ou acampamento militar? Fonte: Eng. Ramires 85

Figura 44- A Forma tecnologica do concreto armado. Fonte: Ramires. 86
Figura 45 e Figura 46- Modos de vida amazônico 87
Figura 47 - Localização do Campus. Fonte Google maps 89
Figura 48- Vizinhança. Fonte Google Earth 89
Figura 49- Lixão ao lado do campus 90
Figura 50 – traçado do eixo longitudinal de circulação 91
Figura 51- Circulação longitudinal – a Rua 92
Figura 52 – Foto da circulação principal- A RUA 92
Figura 53 e Figura 54 – Representação do Espaço de Vivência 93
Figura 55- A criação de outros espaços. Fonte: o autor 95
Figura 56 e Figura 57- apropriação dos Espaços. Fonte Mario Veroneze 95
Figura 58 e Figura 59- espaços de encontros – a Praça 96
Figura 60- A Praça 97
Figura 61 – Circulação usada para acessar a lanchonete e todo o centro do campus. 98
Figura 62 – Tabulação das informações coletadas sobre mobilidade 100
Figura 63 e Figura 64 – Movimento estudantil contra o valor do transporte coletivo 100
Figura 65 – Terminal de ônibus 101
Figura 66 – Restos de obras próximas a circulação de pessoas 102
Figura 67 - Movimento estudantil contra a administração. 102
Figura 68 – Greve de estudantes e professores 103

Sumário

INTRODUÇÃO **11**

1. DIMENSÕES TEÓRICAS DO ESTUDO **19**

1.1. O ESPAÇO VAZIO 19
1.2. A MODERNIDADE NO BRASIL 24
1.3. A FORMA INSTRUMENTAL 25
1.4. A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO PARA A ARQUITETURA MODERNA 30
1.4. O ESPAÇO PÚBLICO 37

2. A FLORESTA URBANIZADA **41**

3. O CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO **53**

3.1. MODELOS DE CAMPUS 53
3.2. FORMAÇÃO DO CAMPUS 56
3.3. NÚMEROS DO CAMPUS 60
3.4. O PLANO DIRETOR TERRITORIAL 73

4. O ESPAÇO E O LUGAR NO CAMPUS **88**

1.1. O ESPAÇO PÚBLICO- A RUA E A PRAÇA 88
4.2. O PÚBLICO E O PARTICULAR 98

CONSIDERAÇÕES FINAIS **105**

BIBLIOGRAFIA **109**

INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende falar sobre preconceitos. Não do tipo das piadas fáceis sobre negros, gays ou nordestinos, como diz Fernando Lara, mas de uma forma específica de linguagem que, como toda linguagem, transmite não a palavra em si, mas o conceito que criamos sobre ela e que, acredito, acontece com a linguagem aqui desenvolvida que é a Arquitetura. Toda Forma é uma linguagem e como nos ensina Marilena Chauí citada por Alves (Alves, 2007): “na escrita alfabética ou na fonética, não se representa apenas uma imagem da coisa que está sendo dita, mas a idéia dela, o que dela se pensa e se transcreve”.

Este trabalho tem por interesse revelar a exclusão social que acontece através da Representação do Espaço feita pela Arquitetura. Isto só é possível se considerarmos como premissa o conceito do Espaço definido pela Geografia e Ciências Sociais como um elemento construído pelas relações e sendo assim, ideológico. A Representação dos Espaços é a que estabelece a identidade do(s) grupos dominantes dentro do espaço urbano, diversas espacialidades existentes no plano urbano estão em contínua transformação em conflituosas relações. O poder se expressa espacialmente e tem na arquitetura um dos instrumentos para a organização social

Desenvolvendo atividades relacionadas ao exercício da profissão da arquitetura, desde muito cedo me deparei com um tipo de pensamento em que os espaços propostos nos projetos arquitetônicos são, na verdade, conceitos sobre o morar, o viver. A carga ideológica transmitida através dos elementos construtivos como o material utilizado e seu ordenamento espacial depende sobremaneira da formação e capacidade do profissional. Aquilo que parece normal para muitos foi motivo de angustia em saber o quanto poderia estar ‘influenciando’ a vida das pessoas supondo que estes conceitos por mim definidos através dos projetos e todo instrumental técnico seriam os mais adequados a elas. Quanta responsabilidade! Ao invés de tentar influenciá-las, decidi que a postura mais correta na relação arquiteto/cliente seria o processo inverso: o de me deixar influenciar por elas.

Esta reflexão inicial vem sendo elaborada, desde então, como uma atitude de respeito ao mundo vivenciado por cada pessoa. Uma ideia de ampla receptividade no mundo acadêmico, mas de não tão fácil receptividade junto aos profissionais e até mesmo por aqueles por quem se crê defender, pois o que se acredita como sendo de defesa de seus espaços muitas vezes não é o desejado por eles, principalmente quando se trata de projetos públicos. Explico melhor através do relato abaixo onde conto minha experiência sobre projeto para edifícios escolares pensados para os povos indígenas.

Em reunião com representantes de várias etnias de Rondônia, discorri sobre o uso de materiais construtivos regionais como a madeira, a palha, explicando sobre a identidade dos espaços com o seu povo. Para minha surpresa, o que me parecia de certa obviedade foi recebido com hostilidade sob o argumento de que, desta maneira, estaria segregando o índio com o resto da sociedade, e o que eles desejam é que as construções obedeçam aos mesmos parâmetros de nossas escolas da cidade, para que não se sintam discriminados.

De forma semelhante podemos constatar a negação da natureza pela civilização, a cultura da urbanização x áreas verdes nas cidades amazônicas. Manaus foi considerada a capital com menor taxa de área verde na cidade, por exemplo. É comum encontrarmos pátios das residências de melhor poder aquisitivo todos pavimentados, o que sugere duas leituras imediatas: uma demonstração do poder econômico do proprietário em pavimentar uma grande área o que, até então, seria desnecessário, e uma demonstração de civilidade urbana ao se distanciar da natureza. Para Gonçalves (Porto, 1990) esta relação conflituosa homem x natureza é uma das características da formação do paradigma moderno- o antropocentrismo em que para sua afirmação, as ciências, a política, enfim a cultura moderna subjuga a natureza considerada imperfeita, caótica, ao homem vitruviano, perfeito.

O homem se desnaturaliza e as descobertas científicas criam o paradigma da sociedade moderna onde ele passa a ocupar o espaço que antes era de Deus na idade média. Portanto é a fé nas ciências, para o homem moderno que alimenta a esperança de felicidade, na crença de que todos os problemas serão resolvidos. Infelizmente, isto não se concretizou e os riscos criados pela modernidade, como a destruição da natureza e a colocação de toda

a vida humana em perigo, nos obrigam a repensar este projeto até então quase absoluto.

A transformação da natureza em recurso ganha proporções amazônicas onde o fenômeno da terra arrasada[1] foi justificado em campanhas governamentais para sua colonização. Esta será uma distinção bastante explorada neste texto, a diferença entre a cultura moderna e a cultura local criando diferentes espacialidades no solo amazônico.

Vale esclarecer que, quando digo cultura local, ou povo local, quero dizer sobre a experiência tempo/espaço no contexto amazônico, bem como quando falamos sobre modernidade no local nos referimos não necessariamente ao seu grau de desenvolvimento, mas também (e principalmente) a sua inserção no mercado de consumo global.

A negação do espaço amazônico em troca dos valores da modernidade é um dilema que se coloca de forma prática onde podemos elencar inúmeras possibilidades de investigação teórica. A primeira, e talvez a mais importante, é porque há uma negação da representação espacial amazônica em troca da modernidade? Esclareço que não é interesse deste buscar respostas a esta pergunta, basta saber que há esta relação de negação de sua identidade. Arrisco em dizer que as diferenças quanto a evolução técno/social, quase inconciliáveis (vide os indígenas), são o atrativo para querer se inserir nesta sociedade de consumo.

De fato, a modernidade trouxe consigo um aparato de benefícios práticos que, indiscutivelmente, melhoraram e muito o dia-a-dia. O problema é que estes benefícios têm um valor que nem todos podem pagar. E o mais incômodo é que quem não pode pagar está excluído do processo social pois, neste projeto moderno, a sua acessibilidade se dá principalmente pelo poder econômico- *king cash* [2].

---

[1] Conceito em que define o modo como se deu a colonização da região em que a lei amparava o desflorestamento para garantir a posse da terra.
[2] Expressão usada por Ricardo Semler sobre a onipresença do poder econômico nas relações.

Até as diferenças culturais são tratadas com igualdade entre grupos com poder econômico[3]. No entanto as relações modernas- mediadas pelo dinheiro, objetificam o homem e assim, como sua desnaturalização, estabelece novas espacialidades no sentido de sua artificialização. Se por um lado o poder econômico insere as pessoas na modernidade, ela atende apenas uma parte da população que se beneficia. Outra parte da população, a maioria, está fora deste processo, apenas assiste pelas novelas. No entanto essa grande parte da população reiventa seus espaços, dando sentido a suas vidas dentro de um espaço hostil.

É justamente sobre a diferença entre esses espaços que se desenvolve este trabalho, considerando o papel da arquitetura neste processo.

Trata-se de um estudo em que será confrontado o espaço concebido institucional, ou seja, o espaço concebido Oficial, planejado dentro do campus universitário considerando a cultura urbana da sociedade moderna no contexto amazônico. A pergunta que tentaremos responder é para qual tipo de cidadão são pensados os espaços construídos no campus?

Relacionar os termos ‘espaço de exclusão’ e ‘universidade’ pode suscitar interpretações diversas a que se propõe este estudo, talvez a mais óbvia delas possa ser a de considerar o termo exclusão como a dificuldade de ingresso à universidade, justificada pelo rigor da seleção relacionando-a às desigualdades econômicas, seguindo um viés econômico na análise. Isto acontece devido à dificuldade em definir a palavra 'espaço'. Por ser um termo polissêmico, ela carrega muitas definições, o que cria possibilidades diversas de interpretações, sendo necessária sua definição para o uso que se pretende.

O conceito de espaço utilizado neste estudo está diretamente relacionado a experiência vivenciada na Universidade, cujo processo de deterioração politica/administrativa era atribuído, em parte, à ausência de um plano diretor para o local. É recorrente pensar que um Plano Diretor é um documento que tem o poder quase messiânico de resolver os problemas existentes. Para Flávio Villaça (Villaça, 2005), planos diretores, em geral, tem fracassado por “tomarem o desejo pela realidade”.

---

[3] Tem uma expressão popular que diz: com dinheiro o preto fica branco, o feio fica bonita, embora racista é uma expressão da sociedade.

Pensar sobre as possibilidades de ordenamento espacial para o campus foi, desde então, motivo para a investigação deste estudo. Além da discussão teórica apresentada, há o desejo de que o conceito aqui trabalhado seja operativo e que, de alguma maneira, possa auxiliar na discussão local como propõe Milton Santos para o papel da Geografia: “a Geografia crítica não se pode contentar em ser apenas crítica. Para ser útil e utilizada, a crítica tem de ser analítica e não apenas discursiva” (Santos, 1988). Neste sentido este texto tem a pretensão de servir, como já dito, à reflexão sobre os espaços construídos no campus para que se consiga pensá-los como ambientes mais adequados às necessidades do ser humano e não como um sistema de reprodução automática.

De fato, a abordagem que proponho sobre o espaço é outra, diria até mesmo um tanto incomum pelo pouco material disponível sobre o assunto em que propõe relacionar a exclusão social à arquitetura. Citando Walter Benjamim, Fernando Lara traz à luz essa discussão num artigo chamado ‘espaços de exclusão’ (Lara, 2013) em que discorre sobre formas de preconceito associadas aos espaços de arquitetura, conforme abaixo:

> Escrevo sobre uma forma mais “distraída” de preconceito, para usar a expressão clássica de Walter Benjamin. O espaço construído atua sobre nós de forma quase sempre inconsciente. Diferentemente de ler um texto, ir ao cinema ou ao museu, a cidade nos oferece outro tipo de significantes que não demandam nossa atenção, não precisam de foco. Não prestamos atenção diretamente a um edifício ou a um banco de praça, mas eles estão no nosso caminho todo dia e nos relacionamos com eles de forma desfocada, mas não menos importante. (Lara, 2013)

Como dito anteriormente sobre a necessidade do plano diretor para o campus: se por um lado existe o desejo de que este estudo possa orientar a criação de novos espaços para o local, precisamos ter bem claro que tipo de espaço se deseja, sem o que, toda energia será vã. Por outro, isso pode implicar em questionamentos acadêmicos, como se o texto proposto se apoiasse numa forma de determinismo físico ou de conhecimento técnico, e tentaremos afastar esses fantasmas durante seu desenvolvimento.

Este estudo, ‘Nada é por acaso: o espaço de exclusão das formas no campus da Unir’ tem, como objetivo geral, apresentar um estudo em que não somente associa a forma ao conteúdo, mas ousa protagonizar os fixos geográficos- o arranjo espacial e a forma arquitetônica- como categorias de análise que possam explicar um tipo de exclusão social. Para tanto, considero como premissa teórica a ideia de que, ao reproduzir a matriz espacial da

sociedade moderna no espaço amazônico, há uma sobreposição às espacialidades locais desagregando seu sistema de significados, um conflito que acaba por excluir a espacialidade do 'outro' ao retirar suas referências espaciais.

Por mais que me esforce em esclarecer o assunto, tenho consciência de que a discussão sobre a identidade e o conflito entre os diferentes espaços não se esgotará aqui. O que pretendo é, de fato, que este estudo sirva de reflexão para as propostas futuras das construções no campus e que os conceitos trabalhados aqui auxiliem nas tomadas de decisões quanto a dois aspectos: a) a busca da criação de espaços que se aproximem mais da realidade espacial amazônica; e b) uma reflexão sobre as potencialidades do espaço público relacionados aqui tanto como espaço político como também ao seu aspecto físico.

Para a formação do pensamento aqui trabalhado, foram fundamentais as aulas do curso de mestrado, onde pude debater os assuntos com professores e conhecer mais profundamente diversos pensadores que são os balizadores das ideias aqui desenvolvidas.

No Capítulo 1.- Dimensões Teóricas do Estudo, apresento o estado da arte sobre o assunto em que trata dos diferentes tipos de espaços- o Espaço Concebido, o Espaço de Vivência e a Representação do Espaço, conceito elaborado por Henri Lefebvre que irá servir de instrumento metodológico ao comparar suas diferenças na prática espacial. Para tanto divido este capítulo em outros subitens.

No subitem **1.1. Espaço Vazio**, apresento o conceito de Desencaixe definido por Giddens, de não-lugar conceito de Marc Augé e os conceitos de Produção de Espaço de Henri Lefebvre. A intenção é demonstrar como o espaço da modernidade é definido como impessoal, distante e desumano, definições que são recorrentes pelos autores. Com base nesta premissa, apresento no item seguinte **1.2. A modernidade no Brasil**, o quão distante é nossa realidade das espacialidades importadas. Trabalho com texto de Roberto Schwartz- As ideias fora do lugar, em que discorre sobre nossas diferenças culturais e espaciais. Já o subitem **1.3. A Forma Instrumental** foi elaborado como justificativa para que este estudo não seja acusado de utilizar conceitos interpretados como de um Determinismo Físico. Para tanto, me apoio em Milton Santos que discorre sobre a

importância da Forma na sociedade Técno-informacional definindo-a como instrumento moderno de colonização e chamada de ‘o novo cavalo de tróia’.

No subitem **1.4. A Arquitetura Moderna** busco esclarecer em qual base está assentado o pensamento da arquitetura moderna.

No subitem **1.5. O Espaço Público** apresento sua importância enquanto elemento potencial para a transformação dos espaços inertes, residuais, em espaços para a cidadania.

No item **2. A Floresta Urbanizada,** senti necessidade de esclarecer a formação dos espaços da região, identificando seus elementos principais, isto para servir de apoio na análise do objeto em estudo.

No item **3. O campus José Ribeiro Filho** divido em vários subitens para apresentar vários assuntos sobre o local. No subitem **3.1. Modelos de campus,** apresento os tipos de espaços usados na implantação de campus que serviram de modelos seguidos por nós. No suítem **3.2. Formação do campus** , discorro sobre a história do campus em estudo, desde a aquisição do terreno à sua implantação. No subitem **3.3. Números no campus**, discorro sobre o aspecto quantitativo do campus. No subitem 3.4. **O Plano Diretor**, apresento como foram concebidos os espaços do campus.

No capítulo **4. O Espaço e o Lugar no campus**, Neste capítulo pretendo aplicar os conceitos trabalhados na análise de caso, para tanto divido este capítulo em dois subitens. No subitem **4.1 O Espaço Público, a Rua e a Praça**, apresento, através de fotos, como esses espaços praticamente inexistem oficialmente. São espaços construídos pelos atores no dia-a-dia, o que caracteriza uma preocupação na concepção espacial em atender o seu aspecto funcional que é próprio do pensamento moderno. No subitem **4.2. O Público e o Particular**, tento demonstrar como o campus vai na direção de espaço mais aberto (antes) ao mais fechado (agora) numa clara direção de particularização dos espaços públicos.

A hipótese considerada é a de que os espaços construídos, planejados ou não, no campus da Unir, são espaços que não foram pensados para integrar as pessoas, espaços que não contribuem para a formação de cidadãos, ou seja, são espaços de exclusão.

A metodologia utilizada é o levantamento de dados através de pesquisa primária feitas no departamento de projetos da Unir, levantamento de dados quantitativos fornecidos pelo Departamento de Tecnologia- DTI da Unir, observação das atividades desenvolvidas pelos atores locais nos diversos horários, aplicação de questionário, entrevistas, fotos e imagens de satélite.

A escolha do campus como objeto de estudo deve-se ao fato de que, diferentemente das construções na cidade, o território do campo é restrito e fica mais fácil de abordar as questões estudadas além do que suas construções possuem, ou deveriam possuir um domínio maior para seu planejamento já que as construções estão centralizadas em um departamento técnico. Teoricamente há um maior controle sobre a qualidade dos projetos onde podemos investigar a carga ideológica dos espaços concebidos para o local. Sendo assim, entendemos que dentro deste espaço fica mais fácil a observação das Formas e do Conteúdo na busca de sua representação e como elementos de exclusão espacial.

A justificativa para a escolha do tema é a de acreditar na possibilidade de conseguir melhorar as relações das pessoas com a identificação do processo de exclusão espacial.

1. DIMENSÕES TEÓRICAS DO ESTUDO

1.1. O Espaço Vazio

Este termo ‘Espaço Vazio’ é extraído do livro de Giddens onde desenvolve a ideia de que a modernidade produz um Desencaixe de tempo/espaço nas relações entre sociedades, fruto da divisão entre quem produz e quem consome os espaços. Para Guiddens (Giddens, 1991) o ‘desencaixe’ é um conceito definido como sendo o “’deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço.”

Isso se dá, segundo o autor pela ausência de sentido para as sociedades consumidoras que não reconhecem suas as representações dos espaços concebidos por quem o produz. Para Guiddens (Giddens, 1991)

> O dinamismo da modernidade deriva da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o "zoneamento" tempo-espacial preciso da vida social; do desencaixe dos sistemas sociais (um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espaço); e da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas (inputs) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos (...) O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros "ausentes", localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza. (...)“O desenvolvimento do "espaço vazio" está ligado acima de tudo a dois conjuntos de fatores: aqueles que concedem **a representação do espaço sem referência** a um local privilegiado que forma um ponto favorável específico; e aqueles que tornam possível a substituição de diferentes unidades espaciais.” (Giddens, 1991)Grifo nosso.

Esta relação entre ausentes retira a possibilidade de diálogo já que o poder de decisão está distante do consumidor. Isso acontece por aquilo que diversos autores, como Milton Santos, classificam como sendo a característica perversa da modernidade - um projeto global que se sobrepõe as diversas sociedades existentes.

Semelhante ao conceito de Espaço Vazio há outro termo que expressa a relação entre ausentes: o Não-Lugar (Auge, 2010).

Para o autor, Mar Auge (Auge, 2010), os espaços considerados como de não-lugares são aqueles de rápida circulação que não permitem uma aproximação maior com seu usuário e assim impossibilitam a apropriação do lugar, se opondo ao espaço vivenciado, personalizado. É representado pelos espaços públicos como aeroportos, estações de metrô e pelas grandes cadeias de hotéis e supermercados. Trabalhado com a especificidade dos objetos construídos, é um conceito que estabelece através da alteridade o significado entre duas categorias geográficas: o lugar e o espaço.

O não-lugar é uma das características da produção do espaço moderno/capitalista, espaço concebido sob a égide de um padrão global em que o sistema sócio/econômico determina sua forma. É o espaço artificial destituído de sentido imediato que atende a uma ordem distante como a reprodução de padrões estéticos e porque não dizer éticos também, como sugere Paulo Freire, de uma matriz espacial distante.

A vida moderna tem se caracterizado na produção de não-lugares ou espaços vazios que são os espaços especializados, organizados para atender primordialmente a produção econômica segundo conceito da geografia crítica. Cada indivíduo desempenha um papel previamente definido e especializado, o ser humano torna-se automatizado, o afeto é trocado pela racionalidade das convenções, as relações são mediadas pelo tempo dos negócios, pelas planilhas e cronogramas, voltados para a individualização das pessoas, um paradoxo observado por Marshal Berman (Berman, 1994):

> “a experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos

> despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia."

Levando a cabo este cenário da modernidade em que o espaço é impessoal e desconstrói relações imediatas Ana Fany Carlos citada por Duarte (Duarte, 2002) diz que "a cidade não pode ser considerada um lugar". Uma consideração radical, no entanto se pensarmos a cidade como o *locus* principal da modernidade, conforme Manuell Castels (Castells, 1983), e que a sua escala quanto a velocidade de locomoção dos veículos e de dimensões de sua urbanização são incompatíveis comparadas a escala humana, de fato podemos assim considera-la.

No entanto esta ideia significa imobilizar qualquer possibilidade de relações que não seja as pré-estabelecidas, o que também não parece ser verdadeiro, pois o espaço de vivência acaba por subverter essa ideia ao construir novos significados e representações, conectando outros canais e criando referências alheias aquelas a que foram propostas.

Para Kevin Lynch (Lynch, 1997) mesmo no espaço da cidade a noção de Lugar não deixa de existir, pois "cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um esta impregnada de lembranças e significados", ou seja, o lugar é uma experiência fragmentária da cidade. Em seu livro já clássico 'A Imagem da Cidade', o autor trabalha com a ideia de recriação dos espaços a partir das experiências das pessoas em criar imagens mentais para reorganizar, dar novo sentido a cidade.

Os espaços vazios e os não-lugares criados pela modernidade, se utilizam dos arranjos espaciais para sobretudo criar referencias simbólicas que definem a sua acessibilidade. São arranjos espaciais que desconsideram a espacialidade do lugar. Para Angelo Serpa (Serpa, 2007) em seu livro 'O Espaço Público na Cidade Contemporânea' há uma profunda discussão sobre 'acessibilidade' a esses espaços o que será de grande utilidade para nosso tema que trata sobre a exclusão. Segundo o autor

> "o capital escolar e os modos de consumo são os elementos determinantes das identidades sociais. Aqui, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica" (Serpa, 2007).

Esta afirmativa de Serpa pode ser aplicada ao nosso estudo considerando que tanto as desigualdades econômicas que tratam sobre o modo de consumo quanto as diferenças culturais são claramente perceptíveis em nosso recorte espacial amazônico. A exclusão espacial é real considerando a diferença de culturas de nossa sociedade que se encontra em um estágio diferente da modernidade e sendo obrigada a conviver dentro deste espaço.

Para Hanna Arendt, citada por Escorel (Escorel, 1993), a exclusão é uma das piores experiências humanas, conforme abaixo.

> "a exclusão social retira a capacidade de cidadania do ser humano tolhendo sua condição de ser social ao não permitir seu acesso aos espaços públicos, pois fica desprovido de direitos sociais e políticos, até isolá-lo por completo dos direitos e dos acessos a vida cidadã restringindo-os a solidão do âmbito familiar (...) O isolamento ocorre na esfera política quando os homens são impossibilitados de agir em conjunto. O isolamento destroi a capacidade de agir, mas deixa intactas as atividades produtivas *(homo faber).* A solidão ocorre na esfera da vida humana como um todo, "significa a experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter". (ARENDT, 1989 apud ESCOREL,1993,p.50)

Sem muita dificuldade podemos observar o apartheid social vivenciado pelos povos indígenas, negros, pobres, idosos, mulheres, homossexuais e etc., aos benefícios da urbanidade. Os excluídos são considerados, quando muito, seres inferiores em nossa cultura.

O conceito proposto por Henri Lefebvre sobre a 'Produção do Espaço' (Lefebvre H. , 2000) confere ao espaço e ao lugar uma abordagem a partir de uma sistematização de operações espaciais. Utilizando-se de três categorias que serão os instrumentos analíticos deste estudo, Lefebvre define um sistema que define seu conceito de produção do espaço que se dá com a prática espacial ou Espaço Percebido, as representações do espaço ou Espaço Projetado e os espaços de representação que denomina de Espaço Vivido.

Para Lefebvre as representações do espaço ou Espaço Projetado é ideológico, abstrato e voltado aos interesses de uma ordem distante. É o espaço criado pelo Estado, das grandes corporações, da não-identidade (Auge, 2010) do espaço abstrato (Harvey, 1980), do espaço vazio (Giddens, 1991), do não-lugar (Auge, 2010), é o espaço criado pelo conhecimento técnico 'primado pela razão estética e pela força das imagens' (Souza, 2009). Todos os conceitos acima citados referem-se ao espaço criado pela sociedade tecno-informacional moderna

cuja característica é sua difusão global. A definição de Espaço Projetado ou Concebido em Lefebvre se assemelha a definição do que Milton Santos faz do Espaço Totalizante (Santos M. , 1996)

A pratica espacial ou Espaço Percebido é aquele construído pela vivencia no lugar que obedece a ordem próxima, identitário, um espaço que representa os sentidos imediatos, o espaço social definido por Lefebvre, ou seja o Lugar. Por fim os espaços de representação ou espaço vivido que é 'o espaço das diferenças, fragmentado pela resposta da sociedade local à implosão de uma ordem distante' (Souza, 2009) são onde ocorrem os embates entre os dois primeiros buscando afirmar suas vontades.

A partir desta percepção, Lefebvre define três momentos na produção social do espaço: o Espaço Concebido- que é da representação abstrata; o Espaço Percebido que ' aparece como uma intermediação da ordem distante e da ordem próxima, é o espaço referente aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social' (Souza, 2009); e o Espaço Vivido que se relaciona a experiência cotidiana definida por uma ordem próxima que dá o sentido imediato ao espaço se opondo ao espaço abstrato e se incorporada aos espaços concebidos 'podem reprimir a abstração, retirando a estagnação e a homogeneidade artificial do conceito espaço.' (Souza, 2009)

Para Souza (Souza, 2009), Lefebvre propõe a utilização destes conceitos de produção do espaço na construção de um espaço diferencial através do embate dialético entre os espaços por ele definido.

> "Evidencia-se que esta análise espacial remete à produção do espaço no processo de reprodução social; por conseguinte, o espaço é considerado um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial, que se opõe ao homogêneo e contempla o uso." (Souza, 2009)

Considero que os diversos tipos operações espaciais na definição do conceito de 'produção do espaço' em Lefebvre se relacionam as categorias geográficas de espaço e de lugar: o Espaço Concebido é propriamente o Espaço Totalizante e o Espaço Vivenciado trata, na verdade, do Lugar. Isto é de grande ajuda para a análise do objeto em estudo já que estes conceitos: Espaço

Concebido e Espaço Vivenciado carregam toda a gama de informação que desejamos trabalhar.

É importante analisar o papel da arquitetura na construção dos não-lugares ou espaços vazios, pois como instrumental do Espaço Concebido tem um papel fundamental na articulação entre a ordem distante e a ordem próxima.

1.2. A Modernidade no Brasil

A modernização no Brasil tem acontecido de forma paulatina e tem se dado principalmente na forma de país consumidor e não produtor da modernidade, ou seja, com baixo valor agregado entre ciência e indústria. Tem copiado mais um estilo modernista sem que esteja propriamente vivendo plenamente uma sociedade moderna. Enquanto a classe dominante se espelha em modelos europeus de viver, a sociedade em geral esta a margem dos seus benefícios e, mais do que isso, o planejamento dos espaços propostos pelo Governo, tem sido usado para criar uma imagem de País moderno sem que haja efetivamente uma sociedade moderna.

Isto se torna claro quando as diferenças culturais são observadas no espaço amazônico onde a distancia espaço-tempo é acentuada. Para Roberto Schwarz (Schwartz, 1992) o conflito entre o projeto de modernização do País e a sociedade colonialista é evidente, ao que chama de “as ideias fora do lugar”. Para o autor esta é uma das peculiaridades do país que pretende se inserir na ordem global com suas características peculiares tempo/espacial. Para Schwartz, enquanto a elite do País se espelhava nos ideais do Liberalismo Europeu a escravidão era sua forma de organização social.

Para exemplificar esta dicotomia tempo/espaço apresento abaixo trechos do texto em que Schwartz cita o historiador Sergio Buarque e que fica bem exemplificada a condição de nosso espaço. Para Sergio Buarque “trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão de mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, **somos uns desterrados em nossa terra**” (Schwartz, 1992). (grifo nosso)

O trecho extraído do livro de Nestor Goulart apresentado por Schwartz é ainda mais esclarecedor quando descreve o tipo de espaço criado no país que se pretende moderno:

> "A transformação arquitetônica era superficial. Sobre as paredes de terra, erguidas por escravos, pregavam-se papéis decorativos europeus ou aplicavam-se pinturas, de forma a criar a ilusão de um ambiente novo, como os interiores das residências dos países em industrialização. Em certos exemplos o fingimento atingia o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos Greco-romanos- pilastras, arquitraves, colunatas, frisos etc.- com perfeição de perspectiva e sombreamento, sugerindo uma ambientação neo-clássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local. Em outras pintavam-se janelas nas paredes, com vistas sobre ambientes do Rio de Janeiro, ou da Europa, sugerindo um exterior longínquo, certamente diverso do real, das senzalas, escravos e terreiros de serviço." (Schwartz, 1992)

Esta diferença entre a imagem de modernidade utilizando a forma arquitetônica como sua expressão tem sido bem explorada pelo país. A mais conhecida de todas e que se tornou uma expressão mundial é a cidade de Brasília que não possui referência nenhuma as espacialidades anteriormente existentes, fruto exclusivamente de uma racionalidade do que pretende ser uma sociedade ideal a serviço das exigências da modernidade.

Como Macunaíma, o herói sem caráter, o primeiro problema surgido em Brasília contradiz toda a sua proposta: os operários que fizeram a construção ocuparam os espaços a margem da cidade criando bairros espontâneos em que nada se articulava com o planejado da cidade.

Este tem sido o papel da arquitetura em nossa terra: o de levar a modernidade aos mais distantes lugares. Para conseguir este intento Milton Santos identifica a Forma, aqui tratada como forma arquitetônica, como o novo elemento colonizador ao carregar toda gama de informação técnica da sociedade produtora como meio de divulgação de seu modo de vida.

1.3. A Forma Instrumental

No capítulo 'A Totalidade do Diabo: como as Formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais', o Geógrafo Milton Santos

(Santos, 2003) esclarece a importância da Forma como uma nova estratégia de dominação. Para Santos (Santos M. , Economia Espacial, 2003) as Formas transmitem uma ideologia de maneira mais discreta, o que chama de “novo cavalo de Tróia”, conforme esclarece abaixo:

> “As condições históricas presentes facilitaram o mecanismo de expansão do capital no espaço através do uso das formas.(...) Os métodos e a ideologia do planejamento que prevaleceram na década de 1950 perderam sua credibilidade e não mais são aceitáveis para os países do Terceiro Mundo . (...) O fato notável é que a partir daí por diante foi possível dirigir a ação exclusivamente às formas e não mais necessariamente formas e estrutura juntas. A ação direta sobre a estrutura envolve negociações delicadas e o risco de rejeição por um governo consciente de seu perigo. Através das formas, entretanto, a estrutura socioeconômica de um país pode ser facilmente atacada(...) Em consequência, o mecanismo do planejamento tornou-se mais sutil.” (Santos M. , Economia Espacial, 2003)

Se considerarmos a autonomia das Formas conforme apresentado por Santos, é possível explicar a partir de sua representação, como um arqueólogo, o seu processo e o seu conteúdo? É possível creditar as formas o poder de gerar novas espacialidades?

Sobre isso Santo (Santos M. , Economia Espacial, 2003) argumenta que as formas possuem força suficiente para definir relacionamentos, uma maneira surpreendente de considerá-las, conforme podemos ver abaixo:

> “Não mais se pode ver as formas como desprovidas da força de criar ou de determinar relacionamentos. Como um resultado de outro sistema de relações, em uma outra Temporalidade e em uma outra Totalidade- em poucas palavras, num sistema diferente de determinações-, elas tornaram-se dotadas da força de gerar novos relacionamentos.” (Santos, 2003)

Desta maneira a arquitetura tem transmitido os valores da modernidade ao tempo em que tem contribuído para criar os não-lugares ao inserir sua concepção ideal de morar, trabalhar e viver através de suas formas.

As figuras 1 e 2 referem-se a espacialidades distintas na mesma região amazônica. O projeto proposto para a Fiocruz (fig. 1), é para o atendimento das pessoas com Doenças Tropicais cujo modo de vida estão representados nas figuras 2 e 3.

Figura 1- Fiocruz em Porto Velho [4]

Figura 2- Modo de vida amazônico5

Figura 3- Espaço do amazônida

Para Giddens (Giddens, 1991) a Arquitetura faz parte dos mecanismos de Desencaixe ao incluí-la no que chama de Sistema Perito.

Alguns mecanismos identificados por Giddens (Giddens, 1991) são meios instrumentais para que ocorra esse 'desencaixe', são eles : Sistemas Peritos e Fichas Simbólicas. Aqui analisaremos os aspectos sobre o Sistema Perito a fim de estabelecer uma relação com a produção da arquitetura.

Sobre os sistemas peritos, Guiddens (Giddens, 1991) esclarece:

> "Por sistemas peritos quero me referir a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que (...) Conheço muito pouco os códigos de conhecimento usados pelo arquiteto e pelo construtor no projeto e construção da casa, mas não obstante tenho "fé" no que eles fizeram. Minha "fé" não é tanto neles, embora eu tenha que confiar em sua competência, como na autenticidade do *conhecimento perito*** que eles aplicam — algo que não posso, em geral, conferir exaustivamente por mim mesmo." (Giddens, 1991)

4 Projeto de Oscar Niemeyer para a Fiocruz em Porto Velho - http://www.dirac.fiocruz.br/2013/06/fiocruz-rondonia-nova-unidade-da-fiocruz-em-porto-velho/

[5] A vida dos Ribeirinhos -

Conforme podemos observar nas figuras 1,2 e 3 o espaço concebido da fig. 1, estabelece uma linguagem simbólica na apropriação espacial bem definida quanto ao seu discurso tautológico mais comprometido com a composição da forma do que com sua apropriação pela sociedade que irá abrigar. Um exemplo que infelizmente é comum no universo da arquitetura ao negar o Lugar- o espaço vivenciado, como elemento primordial em sua composição.

A Arquitetura das obras Públicas tem se aprimorado quanto a sua negação do Lugar. Ironicamente são edifícios que não se comunicam com a experiência espacial de seu público, negam seu entorno e se esmeram em ganhar projeção pela exclusividade como podemos ver nos Tribunais de Justiças, de todo o País, verdadeiros palácio modernos, como os edifícios governamentais das figuras 4 e 5 abaixo.

Figura 4- Edifício do Tribunal de Justiça de Rondônia. Fonte: Google earth

Figura 5- Palacio Rio Madeira. Sede do Governo do Estado de Rondônia. Fonte: Google earth

Os edifícios (e amplio para a toda forma construída) possuem informações que vão além de sua construção tectônica, transmitem como a linguagem, um arcabouço de informações e de conceitos simbólicos que podem reconstituir toda a experiência social. Para Vitorio Gregotti (Gregotti, 1975) “as construções não devem ser observadas simplesmente como um serviço no âmbito da construção, mas relacionada a outros sistemas de signos”. Esta abordagem torna-se mais plausível quando consideramos a sociedade moderna como técnico-informacional, segundo Santos ((Santos M. , A Natureza do Espaço-Técnica e Tempo, Razão e Emoção, 1996) e que podemos identificar uma matriz em seu arranjo espacial.

Para Amos Rapoport[6], a história da arquitetura tem se ocupado em discorrer sobre as representações espaciais através das grandes construções como, por exemplo, as pirâmides, os castelos, monastérios, igrejas, palácios e etc. sem se aprofundar no espaço vivido onde, para o autor, encontra-se “ a verdadeira expressão de uma cultura e vida de uma sociedade radica na vida cotidiana dos seus habitantes”[7].

O exemplo mais diacrônico na arquitetura do País é o projeto de Brasília em que foi concebida segundo uma ordem estritamente funcional e racional, uma tabula rasa nas experiências espaciais de nossa população. Vejo como equivocada o deslumbramento de Darci Ribeiro quando se refere a Brasília dizendo que daqui a milhares de anos, quando estiverem fazendo a escavação das ruínas de Brasília, os povos futuros verão o quanto nossa população era desenvolvida.

É comum encontrarmos grandes pensadores, das mais diversas áreas se pronunciarem de maneira ‘distraída’ quando se referem a problemática da arquitetura, o que já não acontece com o conceito de espaço. Por exemplo, para David Harvey[8] a arquitetura esta relacionada estritamente com a arte e estética e até mesmo Lefebvre diferencia o espaço da moradia como incólume a reprodução dos espaços feitos pela modernidade.

---

[6] Vivienda y Cultura
[7] Idem
[8] Justiça Social

1.4. A Representação do Espaço para a Arquitetura Moderna

A arquitetura Moderna surge da necessidade em compreender e responder a modernização que vinha acontecendo de maneira avassaladora nos países centrais considerando uma nova ordem global que necessitava de um arranjo espacial correspondente.

A importância da abordagem do assunto tratado a seguir é para demonstrar os princípios Formais da escola teórica que mais influenciou a produção da concepção espacial em nosso país e que será importante quando aplicado ao estudo de caso.

Principal conceito da chamada Arquitetura Moderna, o pensamento Funcionalista buscou associar uma estética que atendesse as 'funções' da espacialidade da vida industrial moderna e para tanto buscou no discurso teórico de seu mais influente representante- Le Corbusier, suas principais referências.

Segundo Abrahão (Abrahão, 2008)

> Le Corbusier[9] considerado o teórico dessas novas idéias, lançou as bases teóricas através do projeto da *"Ville Radieuse"* em 1930 durante o III CONGRESSO Internacional da Arquitetura Moderna – CIAM (...) Esta proposta apresentada por Corbusier foram sistematizadas e publicadas num documento conhecido internacionalmente como *Carta de Atenas.*

Com total crença nas ciências e nas novas tecnologias Le Corbusier propõe refazer todo espaço dispostos hierarquicamente sobre as funções do habitar, trabalhar e do lazer. Sua visão utópica de espaço, construído para um homem também utópico, negava todas as formas até então existentes. Para Le Corbusier citado por Françoise Choay (Choay, 2007)

> "É tempo de repudiar o traçado atual de nossas cidades, em virtude do qual se acumulam os imóveis, se enlaçam as ruas estreitas repletas de barulho, de cheiro de gasolina e de poeira e onde cada andar abre de par em par suas janelas para essas sujeiras." (Choay, 2007)

O repúdio para os espaços espontâneos era total, a ideia de modernidade tratada pela arquitetura e urbanismo da escola modernista era negar

---

[9] Esteve no Brasil em 1936, (vindo de zepelin) a convite de Lucio Costa e serviu de consultor para o projeto do Ministério da Educação que vem a ser um ícone da Forma arquitetônica Moderna em nosso País.

toda ideia passadiça como forma de assumir seu poder de dirigir as novas formas espaciais, conforme podemos ver abaixo sobre a visão do mestre Le Corbusier:

> "Uma calçada, na maior parte do tempo, passeios estreitos ou largos. Margeiam-na as muralhas das casas (...) A rua é uma vala, uma fissura profunda, um corredor apertado (...) A rua esta atulhada de gente, é preciso prestar atenção por onde se caminha (...)." (Choay, 2007)

Em suas propostas teóricas, Le Corbusier definia a forma ideal a ser seguida, motivada por um planejamento de cunho Racionalista que interpretava as prementes necessidades do homem moderno, conforme texto abaixo.

> "Ora, uma cidade moderna vive praticamente de linhas retas; construção dos imóveis, dos esgotos, das canalizações, das ruas, das calçadas, etc (..) A curva é prejudicial, difícil e perigosa; ela paralisa (...) A rua curva é (Choay, 2007)

Seu pensamento era tão radical com as construções vernaculares, ou seja, com as culturas não-modernas que defendia a demolição de toda estrutura antiga de cidade, como no caso de sua proposta para Moscou e sua reconstrução com edifícios de alta densidade com vinte andares, conforme figura 6. (Abrahão, 2008)

Figura 6- Charge sobre a aplicação da teoria de Le Corbusier 10

[10] Imagem sobre projeto de reformulação da cidade de Moscou em que propõe a demolição da cidade com exceção da Praça Vermelha, do Kremlin, da Catedral e do tumulo de Lenin (Abrahaão,2007) pt-br.facebook.com44ARQUITETURAhttps://www.facebook.com/photo.php?fbid=573044782737817&set=a.263305860378379.61397.259301724112126&type=1&theater

O Racionalismo levado ao extremo por Le Corbusier considera que somente uma arquitetura racional ofereceria as condições necessárias para as soluções dos problemas enfrentados pelas cidades até então. Para Le Corbusier:

> “Caminharemos sob as árvores, rodeados de tabuleiros de relva. Ar puro, quase nenhum barulho. Não vemos mais as casas! (...) Em seguida, a esplanada de pedestre eleva-se numa rampa suave. Chegaremos a um terraço que desaparece 1.000 metros à frente: terraços com cafés aninhados nas folhagens das árvores, situados num andar acima do solo da cidade (...).” (Le Corbusier Apud. Choay, 2007)

Segundo Luiz Florence (Florence, 2012) “Para Louis Kahn, a arquitetura moderna não se pretende a achar respostas para questões sociais, mas a expor a importância das instituições humanas ligadas ao saber, como ensino, a ciência a filosofia e a religião.” Este é o pensamento dominante nas escolas de arquitetura que vem ao longo dos últimos cem anos formando os profissionais da área. O discurso tautológico do desenho em que se discutem proporções, formas, equilíbrio, volume no projeto com fim em si mesmo historicamente separou o projeto da construção, a concepção da vivência. O projeto tem seu valor independente da obra.

A distância entre o Espaço Concebido e o espaço real era deliberadamente assumida sem constrangimento, é o ápice da crença no projeto moderno de mundo em que todas as mazelas vivenciadas nas relações sociais eram resolvidas pela intervenção no espaço, uma questão de projeto. Um pensamento hoje considerado de extrema fragilidade, mas que ainda influencia a formação dos profissionais na área de arquitetura.

Essa escola Le corbusiana, ou mais conhecida como Arquitetura Moderna, permanece viva não mais como propostas de planos urbanísticos, que de tantas críticas recebidas foram deixadas de lado, mas nas construções individuais de diversos arquitetos renomados em que trabalham com a ideia de uma arquitetura da espetacularização onde é explícita sua disposição em desconsiderar o Lugar, conforme podemos ver nas figuras 7 e 8 abaixo.

Figura 7 - As 'novas' Arquiteturas Modernas 11, 12

Figura 8- Comunicação ou Informação com os vizinhos?13

Feitas para o consumo do mercado do turismo este tipo de arquitetura extravagante são extensões do pensamento da Arquitetura moderna e encomendadas pelas administrações públicas para chamar a atenção dos turistas na colagem da idéia de 'moderno' ao lugar[14]. É uma arquitetura que trata a forma pela forma, uma visão técnica. Alguns teóricos propõem uma discussão sobre a 'função da beleza' tentando acomodar estas novas formas, no entanto fica difícil sua defesa quando a sua função social está comprometida..

No entanto, o 'desencaixe' produzido por estas formas são evidentes: um discurso extremado no uso da técnica (sistemas peritos), impactos incontestáveis para o entorno, formas que servem para segregação por não se

---

[11] www.arquitetonico.ufsc.br/frank-owen-gehry
[12] http://rerarquiteturaecia.blogspot.com.br/2012/07/grande-mestre-frank-gehry.html
[13] http://bloglog.globo.com/blog/blog.do?act=loadSite&id=297&postId=10318&permalink=true
[14] Está prevista aqui Porto Velho a construção de uma obra de Oscar Niemeyer- Fundação Instituto Oswaldo Cruz- FIOCRUZ- http://saimonrio.blogspot.com.br/2009/07/porto-velho-tera-um-predio-projetado.html

comunicarem com outros edifícios da vizinhança- descontextualizadas, ausência de conteúdo, utilização da forma pela forma, etc.

Rafaela Oliveira (2012)[15] em análise a uma obra do arquiteto Frank Gehry, considerado maior representante desta 'nova moderna arquitetura', apresenta um problema decorrente dessas espetaculares obras de interferência física no espaço da vizinhança, conforme abaixo.

> "(...) outro aspecto chocante foi a desconexão do edifício do seu ambiente urbano. O uso de materiais metálicos altamente refletivos causa grandes problemas para os vizinho, que viram elevação de temperatura (em algumas áreas próximas era impossível andar no verão, as temperaturas atingiram 60°)."(OLIVEIRA,2012)

A relação descontextualizada da 'nova' forma moderna busca a exclusividade, e não a integração com o lugar, conforme podemos ver na fig. 8.

Este pensamento influenciou e vem influenciando até os dias de hoje toda a produção da arquitetura mundial. No Brasil, teve e tem sua defesa nas escolas de arquitetura em todo o território, e mesmo com todas as críticas que vem sofrendo ao longo dos últimos 50 anos continua sendo a principal base para a formação dos arquitetos no país.

O principal representante deste pensamento na arquitetura no Brasil, Oscar Niemeyer, levou a cabo esses princípios aplicando com bastante originalidade nas formas dos seus projetos e elevando a arquitetura novamente a categoria de obra de arte.

Sua ousadia formal aliada ao uso da nova tecnologia oferecida pelo concreto armado é decisiva para a afirmação da Arquitetura Moderna no país. Podemos dizer que suas obras são inaugurais deste processo criado na arquitetura denominado hoje de arquitetura da espetacularização[16]·.

A influência é totalizante com sua estética e sua tecnologia novas conforme apresenta Broadbent (Broadbent, 2008)

> "Todos nós fomos educados para acreditar numa arquitetura "funcional", projetada com precisão mecânica em torno de uma síntese específica e realizada em três dimensões de acordo com a cultura da novidade tecnológica: estrutura de aço, estrutura de concreto, uma espécie de estrutura inflável (...) entretanto, a ética funcionalista vêm nos

[15] http://rerarquiteturaecia.blogspot.com.br/2012/07/grande-mestre-frank-gehry.html

[16] Este tipo de arquitetura surge para atender a um mercado do turismo das artes. Estas obras feitas por grandes nomes na arquitetura são trabalhadas como esculturas, servem mais para show do que ao habitar.

> acompanhando há tanto tempo que a maioria das pessoas ainda sente que, no fundo, isso é moralmente correto."

Outro aspecto a se considerar é o paradoxo que ocorre da arquitetura moderna em propor uma visão socialista sobre o espaço, recebeu fortes críticas justamente naquilo que de melhor anunciavam: foi denunciada quanto ao aspecto desumano e excludente de suas propostas.

Para Fernando Lara (Lara, 2013) a idéia de Moderno transferida para o Brasil justapõe-se com o atraso social existente e desta maneira esta idéia não se estende a melhoria da sociedade como um todo, conforme abaixo:

> "a intenção de construir um mundo melhor através da arquitetura tem sido constantemente contaminado por definições distorcidas do que exatamente esse novo mundo deveria ser. No caso do Brasil não é diferente. A Arquitetura dos anos 30 e 40 foi muito mais bem sucedida em promover uma imagem nacional de modernização do que na abordagem da modernização em si (...) A mesma arquitetura moderna que prometeu um futuro melhor para as massas foi erguida levando vantagens dos baixos salários das mesmas massas e sem nem mesmo um treinamento (capacitação) formal para as mesmas. Poderia ter sido que no processo de estar sendo abrasileirado, a arquitetura moderna absorveu também o lado negro do Brasil?" (Lara, 2013)

A arquitetura Moderna tem utilizado a Forma como descrita por Santos (Santos, 2003) como "um novo cavalo de Tróia", para introduzir nas diversas sociedades todo o seu modo de vida de sociedade industrial.

Desta maneira 'o moderno' seduz com as novidades e outras formas de 'espelhinhos', deslumbra como uma espécie de mágica a todos. Esta forma 'distraída da arquitetura' disfarça sua comunicação subliminar e suas verdadeiras intenções que é a propagação de um pensamento hegemônico que se pretendia universal atendendo a um modo de consumo totalizante pretendida pela modernidade.

A partir dos anos sessenta do século vinte, no entanto foi iniciado um ataque a este tipo de planejamento espacial para revelar as verdadeiras intenções da arquitetura moderna.

Essas críticas não foram feitas por arquitetos, mas, novamente, no campo das Ciências Sociais como podemos ver em Lefebvre (2009) e Jane Jacobs (1961).

Eles lideram o movimento contra esta visão linear quanto aos aspectos funcionais do homem e ao modo de vida por ela sugerido. É com a

crítica da chamada Arquitetura Moderna que surgem os elementos significativos para se teorizar sobre os espaços de exclusão.

Para Lefebvre (Lefebvre H. , 2009)

> Declarar que a cidade se define como rede de circulação e de consumo, como centro de informações e de decisões é uma ideologia absoluta; esta ideologia, que procede de uma redução-extrapolação particularmente arbitrária e perigosa, se oferece como verdade total e dogma, utilizando meios terroristas. Leva ao urbanismo dos canos, da limpeza pública, dos medidores, que se pretende impor em nome da ciência e do rigor científico. Ou coisa pior ainda!" (Lefebvre H. , 2009)

O urbanismo e a arquitetura considerados por Lefebvre (2009) como reprodutor de uma ideologia dominante compõem o seu discurso critico contra estas disciplinas. Segundo o autor:

> "(...) os arquitetos parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, mal explicitado como tal e que aparece através de diversos vocábulos 'função', 'forma', 'estrutura', ou antes, funcionalismo, formalismo, estruturalismo. **Elaboram-no não a partir das significações percebidas e vividas por aqueles que habitam, mas a partir do fato de habitar, por eles interpretado**." (Lefebvre H. , 2009)

Para Abrahão (Abrahão, 2008)

> "Lefebvre (1967:15) opôs-se à 'inteligência analítica de síntese', a seu ver, muito praticadas pelos profissionais do urbanismo e da arquitetura daquele período, por induzirem à 'segregações, elevadas às últimas conseqüências', (ibidem), cujas conseqüências detectadas pela observação sociológica eram, a seu ver, a perda de sociabilidade humana e a ausência de vida social espontânea e orgânica. Para ele, essa ausência provocava uma completa privatização da existência, pois as pessoas isolavam-se em seu universo familiar, em suas vidas privadas, que, por sua vez, também desapareciam sob mar de ruídos e das informações exteriores."(ABRAHÃO, 2008,.p.105)

Desta maneira Lefebvre aponta, ou melhor, denuncia o caráter ideológico do espaço concebido pela arquitetura e urbanismo ao afirmar que:

> "o urbanismo como doutrina, isto é, como ideologia, que interpreta os conhecimentos parciais, que justifica as aplicações, elevando-as a uma totalidade mal fundamentada ou mal legitimada." (Lefebvre H. , 2009)

No entanto para alguns teóricos, podemos ver o tratamento da arquitetura através da semiótica como apresenta Nesbitt (2008:141) sobre as ideias de Geofrey Broadbent (Broadbent, 2008).

Segundo Nesbitt:

> "Geofrey Broadbent desenvolve a tese de que os edifícios são portadores de significado e que os arquitetos devem compreender os processos pelos quais tal significado é atribuído. (...) o autor desenvolve uma minunciosa análise da semiótica arquitetônica em que desmitifica esse discurso complexo e cheio de

> jargões (sobre a forma) e apresenta uma defesa sucinta dos arquitetos que voltaram a se preocupar em projetar edifícios com significados."

Como apresentado acima, Broadbent demonstra a importância da Forma para os edifícios, no entanto deve-se observar a qualidade destas formas, pois senão corresponderem a um conteúdo para seus usuários acabam por incorrer num formalismo sem significado.

Para a arquitetura as definições dos métodos que estruturam essa disciplina, são trabalhadas como elementos de composição estética onde a simetria, o volume e etc. sobrepõe a função social de cada um destes elementos.[17] Esta disciplina precisa repensar seu papel social, pois sua representação tende a um reducionismo sobre a visão social envolvidas num processo tautológico da técnica sobre a técnica.

A contribuição reflexiva dada pela Geografia e todas as Ciências Sociais é indispensável para a arquitetura ampliar a percepção sobre sua responsabilidade social. Classificada como 'Ciências Sociais Aplicadas' pela Capes, em pesquisa rápida junto a estudantes de arquitetura em que perguntava sobre qual ramo de conhecimento a Arquitetura está classificada, nenhum deles acertou, o que demonstra que a formação ainda se baseia em discursos tautológicos.

1.4. O Espaço Público

Iniciamos este capítulo com a afirmação de uma constatação que, de tão óbvia, não a consideramos: toda Forma arquitetônica é pública. Digo isto porque a forma arquitetônica comunica a todos, que por ela transitam, toda a gama de informações, conforme já esclarecido acima.

---

[17] Anthony Guiddens trabalha no conceito de 'sistemas peritos' como o domínio da técnica é utilizada para a dominação.

Vivemos com elas todos os dias mesmo que nossas vistas não alcancem, sabemos que estão ali territorializadas, por muros ou não[18], estabelecendo relações distantes, mas ainda sim informam, através de sua forma, sobre sua representação social. No entanto não podemos considerá-la pública com relação a sua disponibilidade de acesso.

Então podemos partir do princípio de que a qualidade do relacionamento que temos, se são acessíveis ou não, é que distingue o Espaço Público do espaço Privado.

Para Serpa (Serpa, 2007) a acessibilidade "não é somente física, mas também simbólica", sentença definitiva onde se apoia este estudo, ao propor como as Formas arquitetônicas (menos física do que simbólica) servem para que se produzam espaços de exclusão.

Como já foi dito, estas Formas arquitetônicas estão presentes em todas as nossas ações, uma forma 'distraída' de relacionamento em que passam despercebidas as maneiras sutis de territorialização dos espaços. Relacionamo-nos, quando muito, como objetos de 'uso' definidores de funções, como é o caso da maioria dos funcionários dos edifícios públicos, já que a representação dos espaços destes edifícios atende a construção de signos definidos pelo mercado, ou seja, espaços criados como "valor de troca", dirigido ao modo de consumo de nossa sociedade.

Para Abrahão (Abrahão, 2008) este pensamento em que relaciona o espaço público concreto a sua dimensão política teve início nos debates dentro da própria arquitetura e do urbanismo.

> "(...) ainda no auge do urbanismo racionalista, o VIII CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) em 1951, cujo tema do Congresso era 'O coração da Cidade', José Luis Sert apresenta seu texto em que associa o espaço público à pólis Grega, como espaço físico destinado à vida social e cívica do cidadão (...) as consequências mais imediatas desta formulação que propõe a correspondência entre formas físicas e processos políticos e sociais aparecem na concepção de propostas urbanísticas da nova geração de arquitetos e urbanistas, no projeto de centros cívicos, assim como na noção de vizinhança em planos urbanos deste período." (Abrahão, 2008)

O Urbanismo e a Arquitetura Moderna (para Le Corbusier trata-se de uma só coisa), em sua visão hegemônica e tecnicista conceituavam os espaços

[18] Nicolau Sevcenko no texto " As Muralhas Invisíveis da Babilônia Moderna" esclarece como são criadas as muralhas invisíveis em nossa sociedade.

públicos distante da vida cotidiana dos homens (lembremo-nos sobre qual era a visão da rua para os modernistas).

Como já foi apresentado acima, era uma visão utópica de espaço e de homem em que tudo estaria devidamente planejado (como uma máquina) para o seu funcionamento.

Para Jane Jacobs citada por Abrahão (Abrahão, 2008) a arquitetura moderna desconsidera a rua como função primordial para se manter os laços de convivência entre as pessoas, conforme podemos ver abaixo:

> "(Jane Jacobs) Destaca a rua como principal antídoto contra a fragmentação e a segregação socioespacial resultante, a seu ver, do planejamento urbano e da reurbanização modernos", pois para a autora é na rua que a cidade mantêm vivo os sentidos da cidadania, é a rua o espaço público por excelência e onde se exerce a vida em sociedade." (Abrahão, 2008)

É o espaço público transformado no ícone da contracultura aos valores da arquitetura moderna, espaço que se abre, como a ágora grega, ao encontro das pessoas, voltado a formação de cidadãos e, neste sentido, o espaço físico se confunde ao espaço político.

Para Abrahão (Abrahão, 2008)

> "O termo Espaço Público, forjado por Hannah Arendt e Jung Habermas nos anos 1960, tem sua origem em um conceito por essência político e, rebatido ao espaço urbano, foi assimilado pelo Urbanismo constituindo-se em uma corrente em que os espaços públicos urbanos devem ser entendidos como próprio da esfera pública." (Abrahão, 2008)

Para Arendt o espaço público aparece como lugar da ação política e de expressão de modos de subjetivação não identitários, em contraponto aos territórios familiares e de identificação comunitária. (Serpa, 2007)

Já para Habermas, citado por Serpa (Serpa, 2007) o espaço público seria o lugar *par excellence* do agir comunicacional, o domínio historicamente constituído da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão.

Para Marilena Chauí (Chauí, M. Apud Abrahão, 2008) é indissociável a relação entre democracia e Espaço Público e, segundo a filósofa "esta relação estaria seriamente comprometida pela hegemonia econômica política do neoliberalismo e pela estrutura autoritária e hierarquizada de nossa sociedade, fortemente marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público"

Para o Geógrafo Ângelo Serpa “Espaço Público é compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. (...) É visto ainda, como espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos.” (Serpa, 2007)

A importância do Espaço Público para o Urbanista Catalão Jordi Borja é definido como essencial à cidadania:

> “**não era o espaço público residual, compreendido entre a fachada e a rua, nem o vazio considerado público apenas por razões jurídicas a que se referia, mas sim o espaço cidadão**: o espaço urbanístico, cultural e político, cuja configuração espacial considerava de fundamental relevância para a forma da cidade. Segundo Borja qualquer projeto ou políticas de espaço público devia se apoiar em valores éticos de liberdade, tolerância e solidariedade. Aqui, **a estética esta subentendida, visto considera-la, relativamente ao espaço público, uma manifestação de valor ético**.” (Abrahão, 2008)) Grifo nosso.

Por outro lado a existência de um espaço público por si não quer dizer que ele esteja acessível ao ‘público’ como um todo. A questão que se apresenta para o espaço público deve ser o da acessibilidade aos mesmos, conforme apresenta Serpa

> “A soma de processos de apropriação de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público. O parque público é um espaço aberto à população, acessível a todos, posto à disposição dos usuários, mas todas essas características não são suficientes para defini-lo como espaço público.” (Serpa, 2007)

O espaço público entendido como expressão de cidadania tem sua expressão material através dos espaços que permitam o desenvolvimento do encontro, da convivência, como defende Jacobs, a rua é a expressão pública por excelência.

Jane Jacobs (1961) ao fazer as críticas à arquitetura moderna, apresenta sua visão a partir da vivência espacial das pessoas contrapondo-a aquela idealizada.

> “A atração exercida sobre os homens pela visão de outros seres humanos é um fato que, por mais estranho que pareça, os urbanistas e arquitetos desconhecem. Estes partem, pelo contrário, da idéia apriorística de que os habitantes da cidade buscam a contemplação do vazio, da ordem e da calma. Nada é menos verdadeiro. Uma rua viva sempre possui simultaneamente usuários e observadores (...) A supressão das ruas, que tem por consequência a supressão de seu

> papel social e econômico, é a idéia mais funesta e mais destrutiva do urbanismo ortodoxo" (JACOBS, 1961,apud Choay, 2007)

2. **A FLORESTA URBANIZADA**

A colonização das terras onde hoje está assentado o Estado de Rondônia data do final do século XIX, antes, porém houve incursões para a retirada das chamadas 'drogas' do sertão e da igreja através da Ordem Jesuíta para a expansão do cristianismo, conforme apresenta o Padre Vitor Hugo em seu livro 'Desbravadores': "Desde 1640, dissemos, as águas do Madeira eram singradas, tendo em vista as drogas e a peça humana, isto é, o índio. Nada mais, até o fim do século XIX." (Hugo, 1991)

É com a exploração do recurso natural da seringueira na extração do látex que a região se insere no cenário mundial. Natural dessa região da floresta, a *hevia brasilienses,* conhecida popularmente como seringueira foi a indutora da colonização na região.

Com o desenvolvimento das ciências impulsionando o processo de industrialização dos países no hemisfério norte, o látex era utilizado para fabricação de diversos utensílios como borracha de apagar, seringas, galochas e com a descoberta do processo de vulcanização, utilizadas na fabricação de pneus.

Em busca desta matéria prima é que surge a construção da Estrada de Ferro Madeira- Mamoré- EFMM, construída para vencer as dezenove cachoeiras (corredeiras), entre os rios Mamoré e Madeira. Esta construção

permitia o escoamento de toda a produção da borracha de uma grande região que se estendia ao longo do rio Mamoré e Guaporé do lado Brasileiro como também ao País vizinho da Bolívia.

O produto era valorizado ao ponto de representar mais da metade de todos os produtos exportados pelo Brasil. As cidades surgidas durante este período foram colonizadas por gente das mais diversas regiões que vieram em busca do novo eldorado. Segundo relato (Hugo, 1991), no ano de 1891 a Amazônia produziu 17.790 toneladas de borracha e em 1911 a produção foi de 44.296 toneladas a 10$000 o Kilo. Uma próspera riqueza em que se esbanjava luxo nas principais cidades da Amazônia- Manaus e Belém com construção de Teatros aos moldes dos grandes centros Europeus, companhias de teatro e dança da Europa faziam suas apresentações nos locais e é comum o relato de que os seringalistas acendiam charutos com dinheiro, tamanha riqueza existente na época. Conta-se que Manaus e Belém possuíam mais urbanização que Paris na época.

Levadas as sementes em 1873 para o Oriente, a riqueza na região durou até começarem a produção oriental. Já em 1921 o preço estava a 1$350 o Kilo e em 1923 a produção foi de 17.991 toneladas enquanto o Oriente produziu 369.500.[19] Como única fonte de riqueza, a região entregou em decadência econômica.

Inicialmente utilizando a mão-de-obra indígena com o aumento internacional do preço, a extração do látex necessitava de mais trabalhadores para a região quando ocorreu, na segunda metade do século XIX a primeira migração induzida de trabalhadores do nordeste para a região. Para o historiador Marco Teixeira a vinda de mão-de-obra de outras regiões aconteceu, dentre outras coisas, por um fator cultural importante: os seringalistas propuseram dobrar o valor da seringa pensando assim que os indígenas trabalhariam mais para terem mais renda, o que aconteceu foi ao contrário, diminuíram pela metade a produção, pois era com o aumento não seria necessário trabalhr mais para se ganhar o mesmo. Uma outra cultura.

Durante a década de quarenta do século XX o ciclo da borracha tem uma sobrevida que durou o período da guerra em função do bloqueio japonês as

[19] HUGO,V. Desbravadores. 1991. Ed. Autor.

terras produtoras do oriente fazendo com que reativassem a coleta novamente na Amazônia. Este foi um período marcado pela migração maciça de nordestinos, cerca de 50.000, sendo cerca de 30.000 oriundos do Ceará. Convocados pelo Governo para auxiliar no fornecimento da matéria prima para os países aliados durante a segunda guerra mundial, foram chamados de 'Soldados da Borracha', conforme figuras 9 e 10.

Figura 9- Cartazes da convocação de mão de obra para a produção de borracha na Amazônia

Figura 10 - Cartaz que demonstra o papel da região durante a guerra

Sobre a política de incentivo a migração de pessoas do nordeste para a Amazônia alguns aspectos devem ser considerados: No primeiro cartaz associa o

seringueiro (ao fundo) a sua importância na defesa do País durante a 2 ªguerra. Em outro esclarece Perdigão e Bassegio (1992):

> " No Nordeste dizia-se que colher seringa era a mesma coisa que colher laranja e apresentavam aos nordestinos grandes frutos pendurados em ramos... No seringal tiveram de aprender a cortar a seringa, colher o látex, defumá-lo e fazer a 'pela'."

Com o fim do ciclo da borracha, houve um período de estagnação e Porto Velho tem sua economia retomada em outros ciclos: do Minério (cassiterita e ouro), da Madeira, das Usinas.

A tessitura da região foi rasgada com aquilo que havia de mais moderno no mundo: a locomotiva a vapor e a rede de telégrafos. Assim iniciou a ocupação na região, uma previsão ao futuro da relação entre o meio-natural e o meio-cultural, entre a natureza e a civilização, trazendo para um lugar ermo dos grandes centros produtores a importação de um modo de vida definido pela cultura moderna. Porto Velho com a derrocada da seringa manteve-se inerte

Quando Mário de Andrade (Palitot, 2013) [20] esteve nas terras que futuramente seriam denominadas de Rondônia, em julho de 1927, fazia um passeio/pesquisa em que buscava catalogar as manifestações culturais da região amazônica e o que viu foi inusitado para seu estudo: uma via férrea importada dos EUA no meio da floresta e duas cidades - Porto velho e Guajará- Mirim, com uma população heterogênea formada por migrantes- principalmente nordestinos e imigrantes de diversas regiões do mundo sendo inclusive, o idioma português apenas uma das diversas línguas faladas.

[20] No livro Macunaíma de 1933, Mario de Andrade cita a cidade de Guajará- Mirim –"Passaram Já rente à Ponta do Calabouço, tomaram rumo de Guajará Mirim e voltaram pra leste"

Figura 11- Visita do escritor Mário de Andrade a Rondônia

Os primeiros assentamentos que originaram cidades foram os de Porto Velho e Guajará- Mirim. Cidades com mistura de diversas culturas e etnias (que talvez, esta qualidade cosmopolita, interessasse mais a Oswald de Andrade do que propriamente ao 'turista aprendiz') tem na sua origem a formação de uma sociedade heterogênea cujo elo era a cidade propriamente e a cultura citadina por ela promovida.

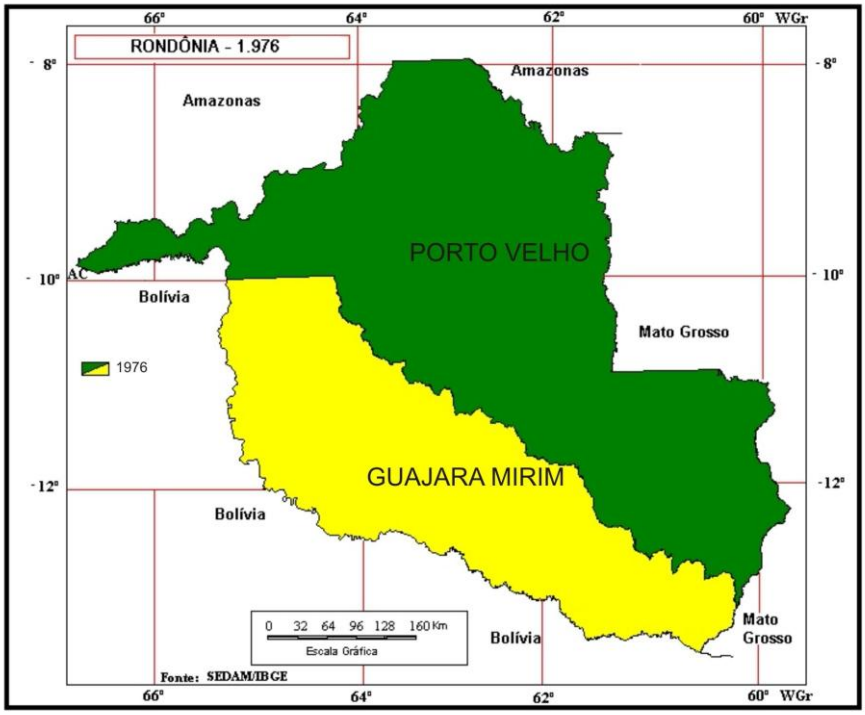

Figura 12 Divisão territorial de Rondônia em 1976.

Segundo relato coletado no livro ‘O desbravadores’ do padre Vitor Hugo (Hugo, 1991), a variedade de nacionalidades e línguas faladas no local é descrita da seguinte maneira:

> “(...) no ‘Club Internacional’ mulheres e homens dançavam o fox aos compassos do jazz! Rubicundos ingleses vestidos de branco, a beber uísque; alemães ingênuos e sorridentes, sorvendo ‘chops’ com avidez; francesitas de Marselha com admirável heroísmo profissional, sorrindo convidativas aos peões de botas e esporas. Mais: refugiados políticos da Bolívia e funcionários de Manaus e Belém, aventureiros e seringueiros. Uma multidão pedindo alegria.”[21] (Hugo, 1991)

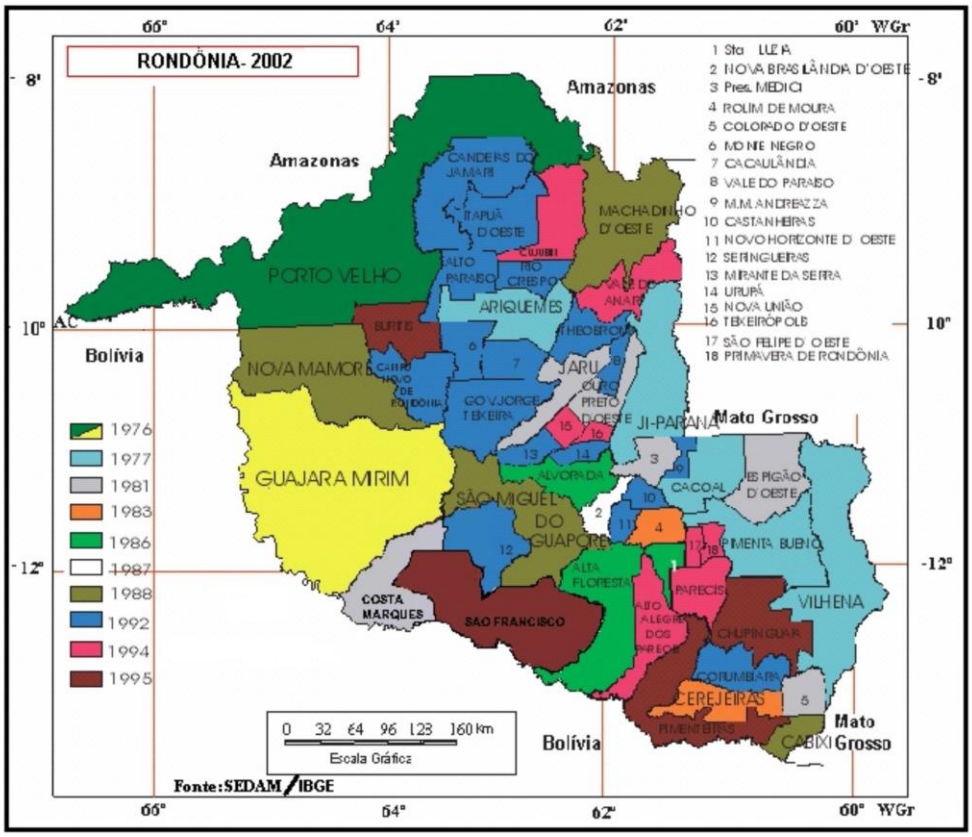

Figura 13 – Divisão territorial de Rondônia em 2002.

A diferença entre a modernidade tecnológica destes dois importantes meios de comunicação (o trem e o telegrafo) e uma sociedade local vinda, na sua quase totalidade de áreas rurais, faz com que a região seja marcada pelas diferenças de etnias, de culturas, o que faz refletir nos diversos tipos de apropriação espacial. Enquanto o poder público concebe espaços importados, como o da fig. 14, a população possui outras espacialidades.

[21] HUGO,V. Desbravadores. 1991. Ed. Autor.

Figura 14 Espaços de Representação Institucional

Figura 15 - Moradia popular da época

Inserida através das relações de produção e poder de consumo, a representação dos espaços das classes sociais de maior poder aquisitivo se sobrepõe a espacialidade local. Costume e hábitos importados, como descritos por Schwartz, são sinônimos de distinção na sociedade e os produtos naturais abundantes na região não possuem a mesma força representativa dos produtos

importados. O uso da madeira e dos produtos naturais como elementos construtivos eram usados pela classe social de menor poder aquisitivo. A culinária local como o peixe, abundante nos rios, era considerado uma iguaria rude ao contrário da carne de gado, inexistente na região, portanto, de maior valor simbólico. Isto em muito nos faz lembrar das diferenças da Casa Grande e da Senzalas.

Enquanto na casa grande tocavam-se minuetos em pianos, bebiam champanhe e degustavam caviar, na senzala era inventado o lundu que veio a dar origem ao samba em tambores africanos, bebiam-se cachaça e comiam feijoada que são considerados os espaços de representação de nossa cultura. Desta maneira o espaço vivido possui a força transformadora de identidade de toda uma nação que se afirma espacialmente após muita luta e sofrimento, como é a história da cultura negra no País.

Da mesma maneira a região amazônica ainda permanece com as representações espaciais da modernidade, abafando a identidade local.

Enquanto o projeto de modernidade reproduz a chamada matriz espacial moderna (soja), e o projeto de modernidade ao estabelecer valores de uma sociedade global reduz ou mesmo impossibilita o espaço para as expressões e modos de vidas locais, quando muito a cultura local é transformada em estilo, uma referência utilizada apenas para o consumo, ou seja uma mercadoria (Benjamin).

No entanto me parece acertada a direção do Governo do Acre ao criar uma expressão 'florestania', que, como o nome sugere, é a cidadania do homem da floresta e que se estende as representações espaciais do lugar como o exemplo acima da rua epaminondas Jacome e o exemplo do edifício batizado com o nome de Oca em que possui uma linguagem referente a tipologia indígena.

Figura 16- Oca- Atendimento ao cidadão

Em Rio Branco, capital do acre, há um resgate pela tipologia arquitetônica da formação da cidade. É uma maneira de valorizar a identidade do lugar preservando seu espaço de representação.

Figura 17- Rua Epaminandas Jacome (Rio Branco)- hoje

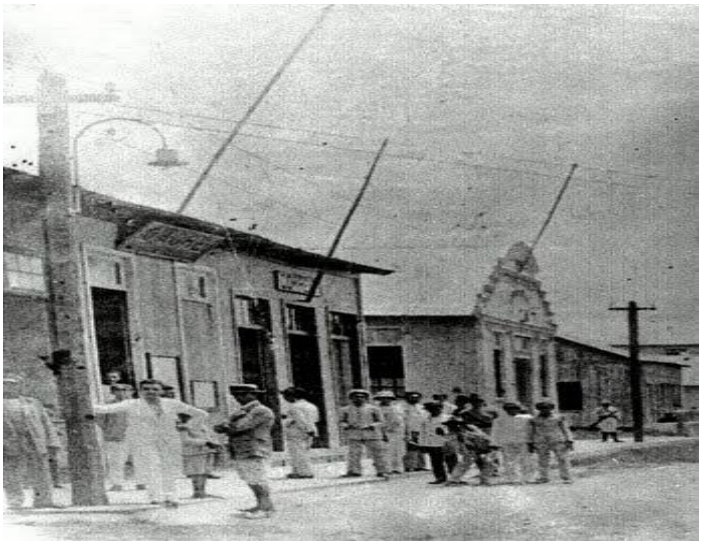

Figura 18 Rua epaminandas Jacome- antes

As formas espaciais das tipologias das residências e comércios construídas pela cultura nordestina em nossa região segue um padrão:

a) construídas no limite da calçada com o lote;

b) a calçada é uma área aproveitada para receber pessoas, uma extensão da casa como se fosse mais um de seus ambientes;

c) A fachada em platibanda esconde o telhado em duas águas;

d) molduras ornamentais em torno de janelas, portas e platibanda.

Construídas no alinhamento da calçada, essas construções tem no espaço público sua extensão, uma sala de visitas onde são feitos os encontros sociais. Este costume vai se perdendo com as concepções dos modernos espaços privados residenciais.

Figura 19 – Tipologia da representação espacial nordestina

Figura 20 – Hábito trazido pelos migrantes

Aqui em Rondônia a Representação dos Espaços não saiu da fase do importado ainda, o símbolo principal da colonização desta região continua sendo a estrada-de-ferro. As tipologias residenciais construídas pelo espaço de

representação da cultura nordestina vão cedendo espaço a outras mais modernas e os costumes são deixados de lado em nome de uma sociedade voltada ao desenvolvimento. Esta falta de visibilidade da cultura local na representação dos espaços públicos é uma das características dos espaços de exclusão na região.

3. O CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO

3.1. Modelos de campus

Em termos espaciais as significativas mudanças que houve com a reforma universitária de 1968 foram apresentadas no “Manual de Planejamento Integral de Campus Universitário” de Rudolf Atcson publicado em 1970 pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras- CRUB.

Coube a Atcom e ao coronel Vieira Mattos as proposições para a reforma no ensino Superior no período em que os militares estiveram no poder.

Apoiava-se no discurso da ‘razão’[22] (razão ideológica) para assegurar seus conceitos de ordem e segurança afastando da malha urbana as construções dos novos campus para evitar sua contaminação dos movimentos estudantis muito comuns na época (PINTO,2009).

Atcon, membro da AID (*Agency International Development*), segundo Boschetti,

> “(...) fizera um estudo sobre a universidade brasileira a partir de visitas realizadas à várias instituições do país. Suas idéias doutrinárias, partiam do pressuposto de que a educação seria o ponto de partida para o desenvolvimento da América Latina e, remontavam à década anterior quando publicadas sucessivamente sob denominações diversas. Designado consultor do Ministério da Educação e Cultura, disponibilizou ao GRTU, sob o título de “Recomendações”, as diversas esferas de reformulação universitária, notadamente no que dizia respeito à integração, reforma administrativa, reforma fiscal, educação superior, universidade enquanto objetivos e finalidades. (...) Coube portanto a Atcon a incumbência maior de orientar a implantação de uma nova estrutura universitária baseada no modelo empresarial, objetivando rendimento e eficiência e a construção de um suporte institucional para a execução de decisões militares em direção ao propalado do Brasil Grande, injetada pelos interesses estrangeiros nos discursos governamentais.” [23] (Boschetti, 2007)

Conhecido como o ‘Relatório Atcom’, seu autor apresenta orientações de várias ordens conforme apresenta Boschetti abaixo.

> Para a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento da pesquisa científica e a busca do conhecimento, a reestruturação proposta pelo especialista da UNESCO, o senhor Rudolph Atcon, postulou reformas em vários níveis: desde a reorganização profunda da estrutura pedagógica e pesquisa existentes; o desenvolvimento de novos cursos e graduações acadêmicas que permitiram diversificar a oferta da

[22] Como já foi visto no início deste estudo, Milton Santos fala sobre como esse discurso racional é ideológico.
[23] http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/27/art18_27.pdf

> Universidade; até a análise econômica dos recursos materiais e humanos que permitiram um uso eficaz dos equipamentos e serviços. (...) No âmbito da educação, os militares procuraram colocar a instituição escolar a serviço de suas propostas e para isso muito se empenharam. As reformas de ensino do período, tanto a universitária em 1968 (Lei 5540/68), quanto da educação geral em 1971(Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 5692/71), revelaram com bastante clareza o teor que se pretendia fixar como objetivo da educação formal e, com que teorias iriam trabalhar." (Boschetti, 2007))[24]

Em conseqüência, exigia uma nova expressão física para a universidade. O professor Atcon apresenta desenhos de como devem ser organizadas os espaços dos campus a serem seguidas, principalmente com recursos internacionais. Para Pinto (Pinto, 2009),

> "O campus, totalmente baseado em ações racionais, acaba por se mostrar uma cidadela confusa, de difídil circulação e, sobretudo, de orientação mais acertada só para aqueles que o conhecem bem. Transforma-se numa massa de edifícios sem significado, um próximo ao outro, com poucas áreas de contemplação, fruição e repouso que permitam ao conjunto respirar. É essa a máquina de estudar[25] e pesquisar de Atcom." (Pinto, 2009)

Com a chamada Reforma Universitária em 1968 houve uma mudança radical no modelo espacial das Universidades, conforme apresenta Gelson de Almeida Pinto:

> "Quanto aos modelos adotados pela Universidade brasileira, Luiz Antônio Cunha afirma que, até o fim do Estado Novo, os principais paradigmas eram os dos países europeus. A partir daí, as universidades norte- americanas, prestigiadas pela contribuição tecnológica que deram ao esforço da guerra, tornaram-se o principal modelo para a universidade brasileira (idem). Em termos estruturais, a cátedra foi substituída pelo departamento, considerado a menor fração da estrutura universitária (Lei 5.540/68). Em termos de organização espacial, dar-se-ia, a partir de então, preferência à construção de campus universitários." (Pinto, 2009)

A influência de seu pensamento se estendeu até os dias de hoje, claro com as obras construídas nesta época, mas e principalmente quando administradores da Universidade expõem a necessidade de 'racionalizar' os espaços- o que é muito comum.

Estabelecer a relação entre o Projeto de campus elaborado pelo escritório Zimbres & Reis e o que preconizava o "manual de Planejamento Integral de Campus Universitário" elaborado por Rudolf Atcson , ou mais conhecido como

---

[24] PLANO ATCON E COMISSÃO MEIRA MATTOS: CONSTRUÇÃO D0 IDEÁRIO DA UNIVERSIDADE DO PÓS-64 - http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/27/art18_27.pdf

[25] O termo Máquina de estudar é a reprodução do termo cunhado por Le Corbusier- como 'a máquina de morar'.

‘Relatório Atcon’, poderá ser motivo para um outro estudo, por agora não é propriamente esta a tarefa.

No entanto devemos conhecer qual era a orientação estabelecida pelo Governo Federal para a política espacial durante a criação do campus da UNIR.

Os modelos urbanísticos de universidades existentes podem ser divididos segundo dois modelos bem definidos que são os câmpus europeus e as cidades universitárias americanas (EUA) e diferem basicamente quanto suas localizações.

A universidade Européia tem seu campus localizado dentro da cidade, um modelo que tem como característica sua integração física com a malha urbana, para Fernandes (Fernandes, 1974) citado por Pinto (Pinto, 2009).

> “Um campus é especialmente definido pelo conjunto dado de edificações destinadas ao ensino superior, somado aos seus equipamentos e aos serviços que em função de sua presença lhe são agregados naturalmente. Esta definição confere ao campus um caráter de continente, ou seja, de conter todos os elementos que formam a universidade oficialmente e, naturalmente, incluem-se aqui as edificações, ruas, praças e equipamentos urbanos que, mesmo não vinculados à universidade, encontram-se dentro de seus entornos, ou seja, em seu campus” (FERNANDES, 1974, p. 72). Em decorrência de sua implantação e de sua forte relação com o meio urbano, o campus passa a permitir uma grande integração com a população não universitária. Ele é parte integrante da cidade.

Para Gelson de Almeida Pinto (2009).

> “Mas é nos Estados Unidos do início do século XVIII que a noção de campus universitário surge como um modo peculiar e original de essa instituição se implantar no espaço. Invenção norte-americana por excelência, sua própria denominação- campus ou campo em latim- remete à visão agrarista dominante nos EUA do século XIX, em que as idéias de Emerson e Thoreau impregnavam a cultura das vanguardas intelectuais.”

Este modelo de universidade americana tem como principal característica o da criação da cidade universitária.

Localizada fora da cidade, a cidade universitária deve oferecer todas as infra-estruturas necessárias para uma vida inteiramente acadêmica conforme apresenta abaixo Fernandes (1974).

> “O novo campus, no contexto da Cidade Universitária, não conserva o esquema de relações anteriores com o meio urbano e com a população não universitária dos entornos. Estas relações são anuladas e substituídas por um novo elenco, geralmente artificial, das relações entre os contribuintes do ensino superior, limitados inclusive geograficamente a um espaço exclusivo: a cidade universitária moderna. Em decorrência, a Universidade acaba isolada da sociedade. Ela é um apêndice da cidade. Por isso mesmo, tratada como grande laboratório, inclusive de experiências urbanas. (FERNANDES, 1974).

O pensamento dominante na concepção de universidades Americana, independe do plano urbanístico da cidade, tinha por referência o *way of life* americano, pensamento dominante do modo devida do século XX onde a tecnologia do automóvel (a indústria) incentivava a formação de bairros para a classe média distante dos centros da cidades.

3.2. Formação do Campus

A implantação de uma universidade no então Território Federal de Rondônia se deu paulatinamente com ações que se somaram até a sua efetiva criação.

De certa maneira podemos dizer que o mesmo espírito de emancipação política-administrativa que dominava a sociedade para a criação do Estado de Rondônia se fez presente na luta para a criação de uma universidade local cujo valor simbólico era o de representar o suporte intelectual para esta nova sociedade que estava se formando e ser um marco de modernização.

O pensamento para a criação do Estado era dominante na sociedade nos anos que antecederam a mudança. Embora com pouca idade, tenho recordações dos momentos em que este pensamento dirigia as conversas e os desejos da pequena população do então Território.

Segundo a professora Eva da Silva Albuquerque, a primeira formação superior no então território federal se deu através do “projeto Rondon”. Esta formação se destinava a área de educação através da extensão da UFRGS no ano de 1973. A partir desta data inicia-se um processo contínuo de extensão

de “Núcleos” avançados de outros estados para Rondônia, como a Universidade do Acre, Universidade do Pará.

Porém, para a autora é com a criação da Fundação Universitária Municipal de Porto Velho em 1975 (em seguida o nome passou a ser FUNDACENTRO), que tem início o processo propriamente da Universidade de Rondônia como pode ser visto: “Deseja-se registrar o respeito e a responsabilidade dos componentes do Conselho Diretor da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia – FUNDACENTRO, para com o projeto de criação da Universidade de Rondônia.”

Em dezembro de 1981 o Território federal de Rondônia é alçado a Estado de Rondônia e motivado pela abertura da BR 364 nos anos setenta e o incentivo do Governo Federal para assentamento de núcleos agrícolas PIC e PAD nestas terras, Rondônia recebeu o maior fluxo migratório da história do País. Este avanço da população rumo ao norte (em geral mão-de-obra ociosa nos lugares de origem), acarretou grandes alterações no território em especial a Rondônia, como apresentam os diversos estudos de Berta Becker sobre as novas fronteiras agrícolas.

A criação de uma Universidade para a região mais do que nunca possui o apelo de “instrumento de mudança para estimular o processo de desenvolvimento do estado”, Eva.

Com a autorização do Governo Federal através do decreto de n° 7.011 de 08 de julho de 1982 para a criação da universidade federal de Rondônia-UNIR, sua instalação se deu inicialmente em um prédio onde funcionava o “antigo Porto Velho Hotel na Avenida Presidente Dutra que pelo Decreto-Lei n. 046 de 12.01.83 passou a fazer parte do patrimônio da UNIR”(Albuquerque,47), conforme fig. 21

Figura 21 - UNIR centro

Neste local foram dadas continuidades as atividades da Fundação Centro de Ensino Superior incorporada no artigo primeiro para a Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Os primeiros cursos foram os de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas iniciados ainda na época da FUNDACENTRO com o primeiro concurso vestibular em 1980.

Desde então este edifício abrigou a Universidade com variados funções de seus espaços: inicialmente aí se concentrava toda a universidade- salas de aulas, administração e serviços. Com a construção do campus este local passou a abrigar a administração somente. Atualmente funciona no local a Reitoria algumas Pró- Reitorias e administração.

A construção do campus propriamente surgiu com a proposta do Governo Federal em investir um montante de 18 milhões de dólares na educação através do programa financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, com o Ministério da Educação chamado MEC-BID III.

Foi destinada a implantação do campus da UNIR 6,8 milhões de dólares. Ficou a cargo da nova universidade a responsabilidade em conseguir o terreno.

Foi na Administração do professor Euro tourinho (1982 a1985) como primeiro reitor, que seguindo orientações do MEC quanto a dimensões,

topografia, acesso – o que recomenda o Relatório Atcson, a responsabilidade em escolher a área. Assim montou-se uma comissão para que procedesse a busca de uma área que além dos elementos anunciados acima, fosse legalmente constituída com registro em cartório.

Em entrevista com o professor Euro Tourinho ele apresenta os seguintes comentários transcritos livremente por mim:

> **Área 1.** O Governo do Estado ofereceu uma área no Bairro Nacional (localizado entre o rio e o aeroporto). A convite do Reitor participou das decisões o arquiteto Alcir Boris de Souza Meira, amigo do mesmo ainda na época de estudante em Belém. O Sr. Alcir que foi Superintendente da Sudam opinou pela não aprovação do terreno considerando sua acentuada topografia e conseqüente dificuldade de implantação dos edifícios. Descartada esta área procedeu-se outra investida.
>
> **Área 2.** A área vistoriada localiza-se na final da rua calama, após o bairro 4 de janeiro. Esta área pertencente ao Sr. Flodoaldo Pontes Pinto não possuía a documentação necessária para atender ao MEC.
>
> **Área 3.** Outra área pesquisada pertencia ao Sr. Adalberto Barros, dono de frigorífico na cidade e localizava-se no bairro Floresta na zona sul da cidade.
>
> Esta área deveria ser comprada (algo em torno de 4.400.000,00 - o entrevistado sente-se inseguro quanto ao real valor bem como a moeda da ocasião). Este valor deveria ser repassado pelo Governo do Estado como contrapartida o que não foi feito perdendo a oportunidade de se assegurar na ocasião da área.
>
> **Área 4.** O professor Euro Tourinho na ocasião já havia saído de seu mandato, portanto sem saber ao certo como foi o processo de aquisição da área doada pelo empresário José Ribeiro Filho.

Participou da Comissão criada para a escolha da área para a implantação da universidade o professor Teóphilo Alves a quem busquei informações que será apresentadas a seguir:

> **Área 1.** O Governo do Estado transferiu um terreno no Bairro Nacional através da CODARON presidida pelo Sr. Willam Cury. Representantes do MEC não aceitaram a área devido sua proximidade com o aeroporto.
>
> **Área 2.** Foi verificada uma área onde está implantada a empresa Coca-Cola, área esta pertencente ao Sr. Paraguassú. Não havia documento para proceder a aquisição.
>
> **Área 3.** Foi estudada a possibilidade do campus onde é hoje a área do sec- não foi cedida pela aeronáutica.
>
> **Área 4.** Procurou-se o Sr. Frederico Simon Camelo (das industrias e comercio) para verificar sobre uma propriedade no “seringal Santo Antônio” o que informou que fora fracionada e vendida a vários outros indicando um dos proprietários o empresário (dona da Atalaia veículos) Sr. José Ribeiro Filho.
>
> Área 5. O professor Teóphilo foi pessoalmente ao encontro do Sr. José Ribeiro em sua empresa. O argumento usado para a doação da área era a de que isso iria trazer benefícios ao entorno, conseqüente valorizando suas terras. O proprietário sem dificuldade acabou cedendo inicialmente 30 hectares. Ao ser repassado a notícia ao então Reitor Sr. Antonino Mendes, este ponderou que os 30 hectares não era suficiente para a implantação de um

> campus universitário o que foi obtido sucesso na doação dos 100 hectares. Na aquisição desta área faltavam poucos dias para o convênio com o MEC expirar, ou seja, corria o risco de não tendo a área, perder o investimento na construção do campus. Portanto a aquisição desta área foi comemorada como uma grande conquista percebida na maneira de expressar do entrevistado.

Nestas duas entrevistas verificamos que existe desencontro de informações quanto ao motivo da recusa da área localizada no Bairro Nacional bem como das outras áreas sondadas. Interesses outros que não a melhor escolha para a implantação do campus é sua característica inicial.

De qualquer maneira o que parece esclarecido com estas entrevistas é que a escolha do local não foi sob hipótese alguma motivada por decisões planejadas para uma visão de futuro.

Na ânsia em se implantar uma universidade para o local, e um campus é sua afirmação com a territorialização espacial, nossos dirigentes se renderam a ordens vindas do Governo Federal e não criaram um projeto de universidade adequado para o local. A imediatez nas ações, bem explicitadas pela aquisição da área, sobrepôs qualquer outro sentido.

A conseqüência destas ‘escolhas’ é bem esclarecida por Pinto (2009) como uma característica do modelo adotado para a implantação de câmpus em todo território nacional, conforme descrito abaixo.

> “A história dos diferentes campus universitários no Brasil, ressalvados alguns aspectos particulares, é muito semelhante. O Estado desapropria ou, as vezes, ganha uma determinada área, geralmente distante da cidade, por ser menos onerosa, solicita a contribuição de alguns profissionais para a elaboração de um plano e de um projeto arquitetônico, realiza solenidades, descerra placas e inicia as obras que, normalmente, duram pouco tempo. As verbas terminam e a obra de construção do campus para. Nova administração, novas esperanças, novas verbas e uma nova equipe, dessa vez, geralmente composta de docentes altamente titulados: um novo plano é realizado, novas metas são definidas. Realiza-se o que a verba permite. Fim da verba, fim da equipe, dim do plano e, quase sempre, fim das obras. Fim dos sonhos dos muitos envolvidos.” (2009. pg.47)

3.3. Números do Campus

Será abordada neste capítulo a participação do Ensino Superior Público sob diversos aspectos: quantidade de atendimento, relação com o ensino superior das escolas privadas, autonomia universitária e gestão.

O acesso a Universidade no Brasil tem um significado importante para a dinâmica social no país, pois para quem possui curso superior a remuneração é maior do que para as pessoas que não o tem.

Para o IPEA (Giffoni, 2012)[26], os ganhos relativos de quem possui curso superior foram menores, no entanto se considerarmos em valores absolutos mantém consideravelmente a distância entre eles. Segundo Giffoni:

> "O mercado de trabalho tem castigado os profissionais mais qualificados, acentuando um movimento que vem desde meados da década passada. Em 2011, enquanto o rendimento médio real dos trabalhadores da construção civil aumentou 5% e o dos trabalhadores domésticos cresceu 5,6%, quem possui diploma de curso superior viu seu rendimento real ficar parado, ou quase: pelos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ele encolheu 0,1%." (Giffoni, 2012)

A quantidade de alunos atendidos nas Instituições de Ensino Superior- IES, é de quase 6 milhões distribuídas entre Instituições Publicas e Privadas conforme dados do Governo e fig. 7 abaixo.

> "Alunos matriculados no Ensino Superior (2009) 5,95 milhões, sendo 4,43 milhões em rede privada e 1,52 milhões em rede pública. Alunos matriculados em instituições federais de ensino à distância (2009) 86 mil." (Brasil, 2011)[27]

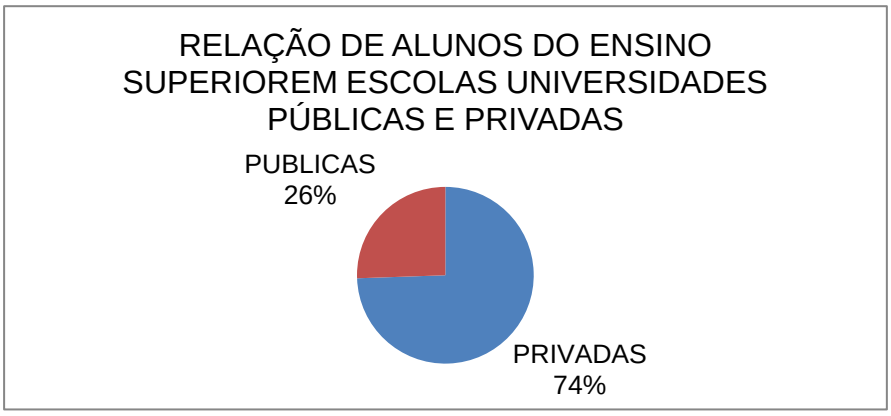

Figura 22 - Quantidade de alunos por instituições.

A Universidade Pública brasileira, as Universidades Federais possuem um modelo de seleção que restringe o seu acesso através dos vestibulares e agora também do Enem.

[26] http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14326
[27] http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/o-brasil-em-numeros-1/educacao/print

Para Andrade (Andrade, 2012), esta diferença entre vagas e alunos também é deficitária em outras partes do Brasil conforme apresenta abaixo.

> "No Brasil, a oferta da educação alterou-se significativamente a partir dos anos 90. Houve a universalização do ensino fundamental, o crescimento do ensino médio e também do ensino superior, cujas matrículas triplicaram. Apesar desse intenso crescimento observado no ensino superior, o percentual de acesso dos jovens é ainda muito restrito – abrange 19% na faixa etária de 18 a 24 anos (PNAD, 2009). Quando comparamos a situação brasileira com a de outros países mais desenvolvidos, vemos que o acesso ao ensino superior, em 1997, já atingia 45% dos jovens de 18 a 21 anos nos EUA e 69% na Coreia do Sul.[28] (ANDRADE, 2012)

Os investimentos para a Educação Geral no Brasil é apontado pela OCDE (Povo, 2012) como abaixo do esperado, embora tenha aumentado significativamente nos últimos dez anos conforme abaixo.

> O documento destaca que o investimento público brasileiro em educação cresceu significativamente na última década, passando de 3,5% para 5,6% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de riquezas e serviços produzidos no país, num ano), entre 2000 e 2010. Ainda assim, o nível do gasto nacional permanecia abaixo da média da OCDE, que era de 6,3% do PIB. Do total de despesas públicas com todas as áreas de governo, o Brasil aparece como o terceiro país que mais destinou verbas ao ensino (18,1%), atrás somente de México e Nova Zelândia e à frente de nações como Chile, Coreia do Sul, Suíça, Dinamarca e Austrália. (Povo, 2012)

Os investimentos no Ensino Superior comparado com 29 países analisados pela OCDE ocupam a 23° posição, conforme abaixo.

> "Em um grupo de 29 países, o Brasil ocupa o 23º lugar no ranking de investimentos no ensino superior, segundo pesquisa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (**OCDE**), divulgada nesta terça-feira (11), em Paris, na França. O estudo mostra que foi investido em média 0,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) nessa etapa de ensino. De acordo com a organização, no entanto, o Brasil registrou o maior aumento de investimentos na área no período de 2000 a 2009." (Povo, 2012)[29]

No entanto esse aumento de investimento apontado acima corresponde ao investimento na educação em geral. Para o ensino superior houve uma diminuição conforme podemos ver abaixo.

---

[28] http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social

[29] http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/conteudo.phtml?id=1296115&tit=Brasil-ainda-investe-pouco-em-ensino-superior-avalia-OCDE

> No período de 2000 a 2009, os investimentos em educação superior registraram redução de 2%. Paralelamente, houve um aumento médio de 67% de alunos nas universidades, de 2005 a 2009. (Povo, 2012)[30]

Para diminuir este déficit existente, foram desenvolvidas Políticas para a transferência de vagas públicas para a iniciativa privada através do contrato com recursos da União chamado atualmente de Fies- Financiamento Estudantil.

Este modelo de atendimento ao acesso ao ensino superior com financiamento feito ao aluno pode ser tratado como investimento público já que existe uma forma de contrato e terão que devolver o recurso?

Trata-se de um 'Financiamento' em que a União faz um contrato com o aluno para pagar seu ensino que será devolvido após sua graduação.

Desta maneira as vagas ao acesso gratuito ao Ensino Superior são incrementadas em mais 50% das disponíveis nas Instituições de Ensino Superior Público.

> De acordo com o Censo de Educação Superior do Ministério da Educação, o país tem 6,7 milhões de estudantes universitários: 73,7% deles estão nas instituições particulares e 26,3% nas públicas (Educação, 2013).[31]

Mesmo assim o atendimento por este modelo de política atende menos do que é necessário, é uma outra seleção, um novo vestibular, conforme apresenta Agostinho Vieira (Vieira, 2011).[32]

> "A defasagem em relação outros países é um indicador de que os programas de inclusão terão que ser ampliados. Segundo Costa, ainda há espaço – e demanda – para esse crescimento. Na última edição do ProUni, por exemplo, 1 milhão de candidatos se inscreveram para disputar as 123 mil bolsas ofertadas. A pesquisadora da USP, Elizabeth Balbachevsky, sugere que os critérios de renda para participação no programa sejam menos limitadores, para incluir outros segmentos da sociedade" (VIEIRA,2011)

Segundo dados do IBGE houve um aumento do interesse por pessoas com curso superior, conforme abaixo.

---

[30] http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/conteudo.phtml?id=1296115&tit=Brasil-ainda-investe-pouco-em-ensino-superior-avalia-OCDE

[31] http://m.g1.globo.com/educacao/noticia/2013/08/faturamento-de-faculdades-privadas-cresce-30-em-2-anos-estima-estudo.html?id=2013/08/faturamento-de-faculdades-privadas-cresce-30-em-2-anos-estima-estudo.html&type=noticia&section=educacao&hash=3

[32] http://oglobo.globo.com/blogs/ecoverde/posts/2011/04/21/brasil-fica-em-ultimo-em-ranking-sobre-diplomas-universitarios-376075.asp

> “Pesquisa divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra que cresceu o interesse das empresas no país por funcionários com curso superior. A fatia representada por esses profissionais no mercado cresceu 8,5% em 2011 em relação ao ano anterior. Já a dos trabalhadores sem diploma, subiu 4,4%. Ainda segundo a pesquisa, a diferença salarial média entre os trabalhadores com e sem diploma era de 219,4% em 2011. O primeiro grupo recebia salário médio de 4.135,06 reais naquele ano, contra 1.294,70 reais dos demais.”

No entanto, Vieira (Vieira, 2011)esclarece que o interesse se refere a algumas áreas de conhecimento, principalmente das tecnológicas como engenharias. Para as demais áreas, principalmente na área das humanas não deve ser considerado com os mesmo dados.

Embora os discursos mais comuns apontem na direção da falta de recurso (sempre para simplificar o problema) a crise, para Boaventura de Souza Santos (Santos B. d., 1989) refere-se ao que chama de *crise de Hegemonia, de Legitimidade e crise institucional*. Para o pensador esta *tripla crise da universidade* refere-se a dicotomia entre a *alta cultura x cultura popular, a educação x trabalho e a teoria x prática* e para tanto “é necessário repensar inovadora e radicalmente **a ideia de universidade** para que esta se possa transformar numa **universidade de ideias**.”

Para Boaventura de Souza Santos “*duplamente desafiada pela sociedade e pelo Estado, a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares*.” (Santos B. d., 1989)

Outra questão que podemos analisar sobre o aspecto público da universidade é quanto a sua autonomia. As Universidades dependem exclusivamente dos repasses econômicos do Governo Federal, sendo raros os investimentos de outra origem como parcerias privadas. Em valores corresponde a menos de 1% de seu orçamento.

No entanto a sua administração é feita no local, muito embora com poucas manobras para decisões: se há necessidade de vagas para professores ou funcionários tem que pedir autorização do MEC para ser atendido ou não.

Quanto ao sistema de representação política na instituição, a escolha de Reitores e vice- reitores é feita a partir da apresentação de uma Lista

Tríplice ao MEC para que seja referendada, ou não, a decisão a consulta feita através das eleições.

As eleições possuem sua representação definidas segundo a LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968[33] onde de 59 artigos apenas foi aprovado o artigo 16, conforme abaixo.

> "Art. 16. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades, e de Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior obedecerá ao seguinte: I - o Reitor e o Vice-Reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplices organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal; II - os colegiados a que se refere o inciso anterior, constituídos de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, observarão o mínimo de setenta por cento de membros do corpo docente no total de sua composição; III - em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação à das demais categorias; IV - os Diretores de unidades universitárias federais serão nomeados pelo Reitor, observados os mesmos procedimentos dos incisos anteriores; V - o Diretor e o Vice-Diretor de estabelecimento isolado de ensino superior mantido pela União, qualquer que seja sua natureza jurídica, serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos em lista tríplice preparada pelo respectivo colegiado máximo, observado o disposto nos incisos I, II e III; VI - nos casos em que a instituição ou a unidade não contar com docentes, nos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, em número suficiente para comporem as listas tríplices, estas serão completadas com docentes de outras unidades ou instituição; VII - os dirigentes de universidades ou estabelecimentos isolados particulares serão escolhidos na forma dos respectivos estatutos e regimentos; VIII - nos demais casos, o dirigente será escolhido conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino. Parágrafo único. No caso de instituição federal de ensino superior, será de quatro anos o mandato dos dirigentes a que se refere este artigo, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo, observado nos demais casos o que dispuserem os respectivos estatutos ou regimentos, aprovados na forma da legislação vigente, ou conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino." [34]

Segundo esta Lei o sistema de eleição não possui o mesmo peso para cada uma das classes que podem votar: professores, alunos e funcionários, conforme o ítem III (III – "em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação à das demais categorias; "),

---

[33] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm
[34] LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968.

Segundo a Lei significa que o peso da cada voto de professores equivale a 2,33 votos das outras categorias. É importante frisar que esta escolha não é necessária, “em caso de consulta...”.

Existe em andamento na Assembleia Nacional uma proposta para rever esse sistema de eleição dos Reitores em Universidades Federais que é o do Projeto de Lei de n° 147/2004.

Nesta proposta altera-se o tipo de escolha não sendo necessária sua homologação submetida ao Governo Federal.

> “A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem proposta que regulamenta o conceito de gestão democrática no ensino superior público. O projeto, acatado na forma do substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 147/2004, segue agora para votação no Plenário do Senado. Pela proposta, reitor, vice-reitor e dirigentes de instituições públicas de educação superior devem passar a ser escolhidos pela comunidade acadêmica (professores, alunos e servidores) por meio de eleição direta.”[35]

Esta diferença é importante para o país com índices alto de desigualdades social. O acesso a Universidade no Brasil tem, portanto essa dinâmica social.

O “capital escolar”, que é o nível que representa a formação escolar, age como passaporte para os acessos em nossa sociedade, eles exercem mais poder nas relações do que propriamente sua capacidade profissional. Em nossa sociedade a figura do ‘doutor’ alimenta a imaginação do ser superior em nossa sociedade. Portanto a busca em conseguir fazer um curso superior é antes de tudo uma possibilidade de inserção social. A disputa de vagas em Universidade Públicas é acirrada, pois a relação entre candidatos e vagas ofertadas é desequilibrada.

A quantidade de vagas disponíveis na Unir são inferiores a quantidade de alunos, de cada cem alunos apenas catorze conseguem ingressar na Universidade, conforme figura 8 abaixo.

Dos 15.218 inscritos no vestibular da UNIR em 2012 havia 2.510 vagas, ou seja, o espaço público na Fundação Universidade Federal de Rondônia não contempla a todos os interessados.

A cada sete pessoas que pretendem ingressar na Universidade apenas uma pessoa é aceita n a rede Publica de Ensino Superior em Rondônia

---

[35] http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/04/03/comissao-aprova-eleicao-direta-para-dirigentes-de-universidades-publicas

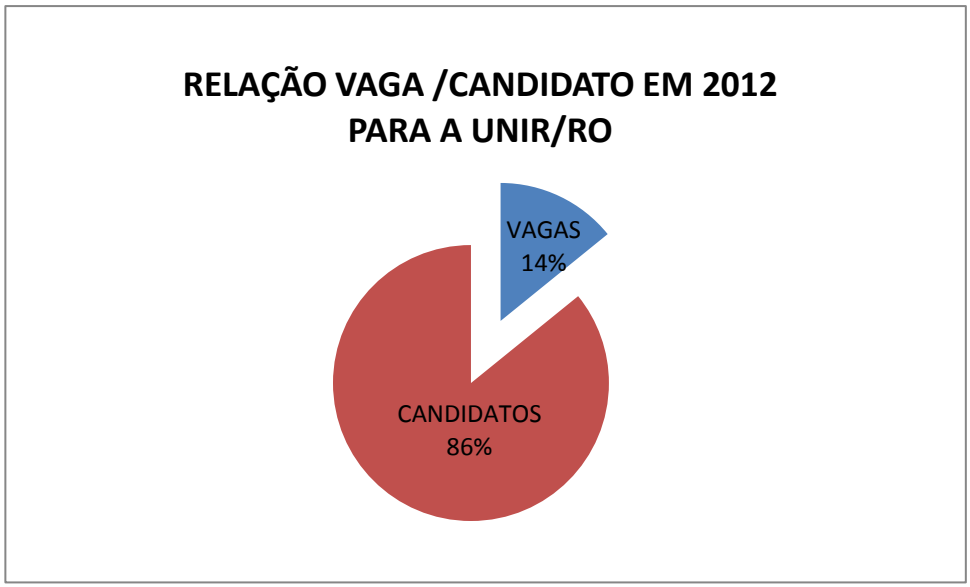

Figura Figura 23 - Relação candidato/ vaga.

Na última eleição,2012, para Reitor da Unir o candidato vencedor foi o mais votado em todas as classes, conforme abaixo.

As Eleições na Unir sempre foram muito acirradas e ocorrem sob uma intensa guerra de acusações por parte dos candidatos pouco diferindo das mais primitivas eleições municipais.

Na eleição ocorrida em 2.010 o candidato e então Reitor na época, registrou 1.945 votos entre as três categorias.

É previsto para os anos de 2008 a 2012 um “processo de expansão da unir” com aumento significativo de alunos (de 6.809,14 em 2006 para 17.000 em 2012) em conseqüência um aumento também de docentes, técnicos e todo pessoal de apoio administrativo além de um maciço investimento em construções para atender a criação de 37 novos cursos[36].

É um momento bastante significativo para a ampliação e a consolidação da UNIR como um centro de referência para a formação de ensino superior na região.

Conforme pode ser visto no site da Unir (www.unir.br) especificamente na página destinada ao REUNI, os recursos financeiros disponibilizados e ainda em via de disponibilizar (ano de 2010) é apresentado com investimento neste período de

[36] Site da Unir sobre o Reuni.

3 anos o montante de R$ 17.697.784,41 reais para todos os campi, sendo correspondente para o campus José Ribeiro Filho o valor de R$ 10.116.089,41.

Vale salientar que o orçamento da Universidade comparado o aos dos demais municípios do Estado de Rondônia no ano de 2008 (devido ser a última informação disponível no site do IBGE) supera 48 dos 53 municípios do Estado, ficando atrás somente de Ariquemes, Ji- Paraná, Porto Velho e Vilhena.

No site da unir (www.unir.br) publicado em 09/06/10 o reitor anuncia o aporte de recursos para aplicação em investimento em obras para atender a crescente demanda de alunos e professores com o aumento dos cursos:

> "o reitor da Universidade Federal de Rondonia (UNIR) professor Januário Amaral, divulgou nesta semana, o pacote de obras para o ano de 2010. No total serão investidos cerca de R$ 9 milhões, recursos garantidos para este ano pelo Programa de Apoio a Planos de reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) do Ministério da Educação (MEC) e, tambem de emendas parlamentares. Segundo o reitor as obras tem o objetivo de consolidar a estrutura dos cursos de graduação da universidade já existentes e expandir as atividades de ensino, pesquisa e extensão com a abertura dos novos cursos de graduação. Em 2007, a UNIR oferecia ä comunidade 37 cursos de graduação. Criamos 18 novos cursos com a adesão da universidade ao REUNI. Estas obras vão atender, sobretudo, os cursos novos", afirma Januário".

Houve um aumento significativo de docentes, discentes e funcionários. Atualmente a quantidade de alunos ingressantes e matriculados soma um total de 3.615 alunos.

Já a quantidade de Docentes é de 358 professores no campus e 218 técnicos administrativos. Esta relação corresponde a 10, 07 alunos por professores, conforme podemos ver na figura 9.

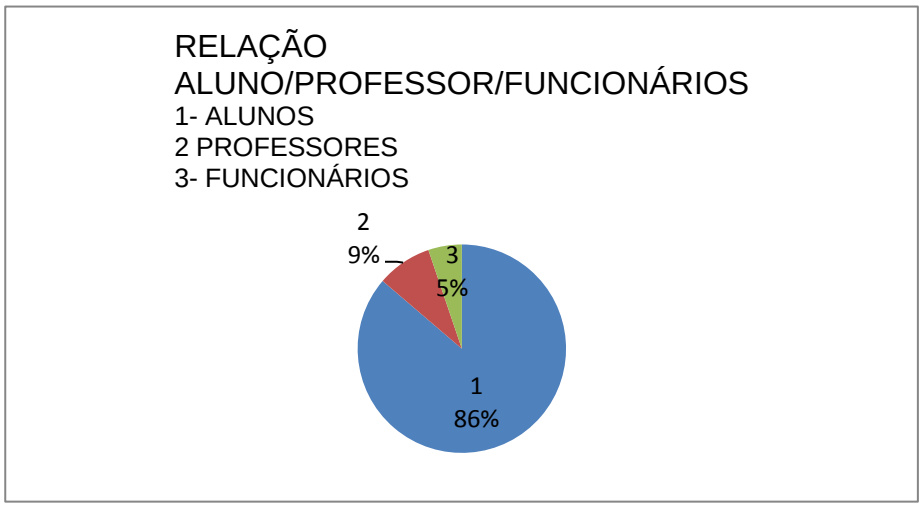

Figura 24 - Relação entre quantidade de pessoas por atividades no campus

Como podemos ver acima a Política Pública no Brasil para o ensino superior não atende a demanda social e os investimentos estão aquém do necessário, inclusive com diminuição em 8% percentual medido pelo PIB nos últimos 10 anos.

A importância social da universidade é tamanha, não só pela formação de pessoas conscientes que possam agir com mais liberdade, mas também por representar um meio fundamental de inserção social.

O atendimento a essas demandas faz-se necessário para reverter este quadro que significa um processo de exclusão oficial.

Se nos perguntarmos sobre os espaços públicos do campus da Unir, o que poderemos responder? Que espaços poderemos identificar como sendo públicos? Quais as Formas espaciais públicas do campus?

A seguir analisaremos as Formas arquitetônicas do campus para verificar como se dá o processo de exclusão através delas.

O fato de a universidade possuir um modelo de gestão com mais autonomia de decisões comparadas a uma cidade, por exemplo, é de se esperar que políticas direcionadas ao uso dos espaços do campus tenham um maior controle. No entanto, sua total dependência financeira feita através de repasse do Governo Federal faz com que esta independência de ação possa ser questionada.

As decisões quanto ao uso do solo na área do campus, o tipo de edifício, sua implantação, material a ser empregado, tipo de uso e etc. é de exclusiva competência dos gestores locais

O fato de não estar sujeito as pressões direta do mercado como acontece nos espaços da cidade, por exemplo, é de se pensar que pode-se planejar os espaços com total liberdade de ação dentro do território do campus universitário Para a geógrafa Lenyra Rique da Silva (Silva, 2004): *"O processo de territorialização estatal determina a territorialidade livre de renda fundiária, mas a ação administrativa, de mando, dos seus responsáveis, são a substância dinâmica de sua inércia aparente."*

O fato de não haver uma política espacial para o local as decisões sobre o uso do solo acontecem de forma desarticulada. De fato as decisões de

planejamento não acontecem no local. Neste estudo observamos apenas existencia

Durante toda a existência do campus, observamos apenas um momento em que a discussão sobre a possibilidade de uma política para o local foi abordada. Isto aconteceu na realização de uma oficina realiza em 2003 como parte da elaboração do planejamento estratégico.

Desta Oficina retiramos o seguinte:

> "RESULTADOS DO SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UNIR",
>
> "Os campi apresentam deficiência nos seguintes aspectos: Falta de gestão democrática e a existência de corporativismo; deficiência na comunicação interna provocando distorções nas informações, bem como a inexistência de um sistema de informações gerenciais; no descomprometimento e ausência de espírito institucional e ética de parte da comunidade acadêmica; na quantidade e qualidade insuficientes de recursos humanos, estrutura física, equipamentos e materiais de consumo e falta de programa de qualificação do corpo técnico"(PDE, pg 6)

Existe no organograma da UNIR um setor responsável pela elaboração de projetos, elaboração de planilhas, memoriais, cronogramas assim como acompanhamento de convênios, fiscalização de obras, medições, produção de relatórios e visitas as obras chamado DIREA- Diretoria de Engenharia e Arquitetura. O cargo de direção deste setor se encarrega da administração de toda a produção que é feita por uma coordenação- CPEC- Coordenação de Projetos de Engenharia Civil composta por :

- Um engenheiro;
- Um tecnólogo;
- Um Engenheiro Elétrico.

Atualmente esta coordenação esta vaga, no entanto esses profissionais são os responsáveis por todos os procedimentos operacionais acima mencionados. Vale dizer que no ano de 2010, o orçamento aplicado ao campus, de pouco mais de dez milhões do programa Reuni, a responsabilidade de todos os procedimentos relativos às obras (conforme mencionado acima) são destes profissionais.

É comum a rotatividade neste setor, pois os salários estão muito abaixo do mercado e isto tem refletido na tensão vivida por estes profissionais. A

irrisória quantidade de técnicos não coaduna com a dimensão de suas responsabilidades. O Governo federal não possui diretrizes espaciais ou uma política que possa administrar os investimentos feitos nas Universidades. A imaturidade em tratar deste assunto tem refletido na baixa qualidade de nossos espaços e com recursos públicos desperdiçados.

Vale dizer que o autor esteve como arquiteto concursado somente três meses. A vantagem deste setor é que o pessoal- a engenheira civil e o tecnólogo trabalham juntos há mais de quinze anos, participando de quase todas as construções, o que lhes confere uma certa autoridade no domínio sobre os espaços construídos do local.

Neste pequeno período que fiquei na função de arquiteto percebi que os procedimentos de solicitação de projetos não obedecem necessariamente as decisões do setor. Em geral ao pedido do projeto já esta decidido onde será instalada a obra o que atribuo isso como parte dos problemas encontrados.

Isto acontece considerando-se que o autor do pedido é o responsável pela captação do recurso e com isso é dada a credibilidade para essa mobilidade de uso do espaço. Podemos considerar esta maneira de agir uma outra forma de planejamento. No entanto a fragmentação de áreas e de visão de conjunto é inevitável.

Os investimentos em obras para o campus de Porto Velho tem origem diversas: Repasse do Governo Federal sob a forma de Programas de Descentralização das ações, Pbic, Reuni, emendas parlamentares, e Convênios, na sua maioria. No site da Unir- Unir.br, há o portal de transparência com a execução orçamentária disponível a partir do ano de 2005.

Vale lembrar que os valores ali apontados refere-se a execução do orçamento que não estão incluídos os valores suplementares que acontece por repasse dos programas como o Reuni.

Como exemplos podem ver o ano de 2010 em que consta na rubrica orçamentária de código 449051 – Obras e Instalações o valor de R$ 778.7710,97 enquanto neste ano, o Programa Reuni disponibilizou acima de dez milhões.

Na consulta de Contratos da página da Unir está disponível o número, a modalidade da licitação, a situação, o numero do contrato, a unidade gestora e o objeto do contrato.

Em levantamento feito a partir de 2001 observei que o investimento no campus só ocorreu a partir do ano de 2004. Considerando um período de 7 anos- 2004 a 2010, contabilizamos trinta e sete contratos o que dá uma média de 5,3 contratos de obras por ano.

Nos 25 anos de existência do campus José ribeiro Filho contados a partir da aquisição da área pela UNIR em 1985, a paisagem vem se transformando, sobretudo com um aumento significativo de edificações no local.

Na sua inauguração, em 29 de fevereiro de 1.988, o campus possuía 4.210,95 m² de área construída e no ano de 2.009 encontrava-se com 54.850,50 m².

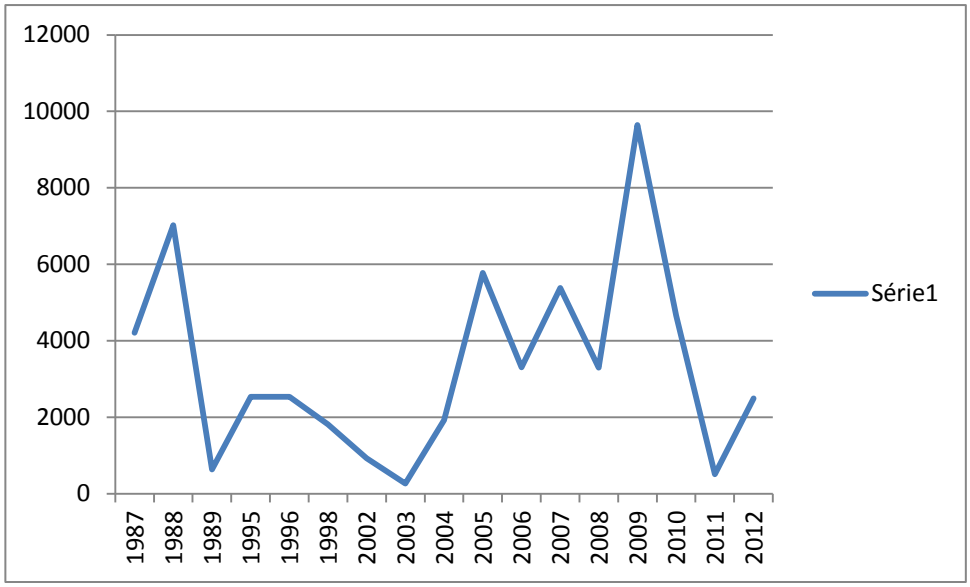

Figura 25- Investimentos em obras

Na figura acima (fig. 33)há três períodos bem definidos que são:

1. De 1997 a 1990 – Período da implantação do campus- segue o Plano Diretor físico-territorial

2. De 1995/1996/1997 (salta 1998) e 1999 – Período de consolidação

3. De 2002 até nossos dias– Período de expansão

Porem considerando que os investimentos do convenio MEC-BID III que aportou o recurso para sua construção encerrou no ano de 1988, consideraremos este ano ainda como o número inicial para ver a evolução que ocorreu. Sendo assim a área a ser considerada inicial será de 11.233,88 m²

Portanto nestes 24 anos (a partir de 1989) desde sua efetiva ocupação cresceu 43.616,62 m², um crescimento de 3,88 vezes ou 388 % o que corresponde uma média de 16,16 % ao ano considerando a evolução fixa com base na área inicial (a soma dos anos 1987 e 1988).

As críticas aos espaços do campus da Unir de Porto Velho são frequentes, feitas por quase a totalidade dos seus usuários: espaços mal planejados, falta de infraestrutura, ausência de manutenção, isolamento da malha urbana da cidade laboratórios, sanitários e etc. embora reveladores acabam por mascarar a verdadeira discussão que é a redefinição do papel da universidade.

Esta realidade criticável teve seu ápice com a deposição do Reitor em .março de 2012 cuja palavra de ordem foi da má gestão e cujo enfoque principal se dirigiu as péssimas condições dos espaços do campus. Podemos dizer que foi uma crise essencialmente espacial em uma administração de geógrafos. Resta-nos perguntar quais as causas e o porquê do campus encontrar-se assim.

3.4. O Plano Diretor Territorial

O projeto do Plano Urbanístico, chamado de 'Plano Diretor Físico do Campus- Porto Velho' (ZIMBRES & REIS, 1986) apresentado nas fig. 26 e 27, bem como das edificações no campus da Unir em porto velho foram concebidos pelo escritório de arquitetura Zimbre & Reis arquitetos associados.

Professor da UNB desde a sua criação o arq. Paulo zimbres é reconhecido nacionalmente pelas atividades relacionadas a criação de espaços universitários. (Albuquerque,2008).

Pertencente a segunda geração de arquitetos modernista, pós Niemeyer, Paulo Zimbres[37] gradua-se em Arquitetura em 1960 pela Faculdade de Arquitetura de São Paulo- FAU-USP, muda-se para Brasília em 1971 onde ajuda a montar o curso de arquitetura na UNB. Paralelo as atividades profissionais se dedica a docência até 1991 quando se aposenta.

---

[37] www.zimbres.com.br e http://www.pucgoias.edu.br/ucg/prograd/graduacao/ArquivosUpload/7/file/CURR%C3%8DCULO%20RESUMIDO%20%202012%20%20%20Arquiteto%20%20Paulo%20Zimbres-rev.pdf

Faz parte da geração de arquitetos que receberam a missão profissional de afirmar a importância da Arquitetura no planejamento espacial das cidades. Geração essa que foi diretamente influenciada pelo espírito renovador da arquitetura moderna feita no Brasil tendo como referência Oscar Niemeyer.

Convidado pelo Reitor Interino Dr. Antonino a elaborar o projeto para o campus da Universidade Federal de Rondonia, o escritório Zimbres & Reis, com reconhecida experiência para este tipo de serviço, definiu o Plano Diretor Físico para o local conforme apresentado abaixo na figura 14.

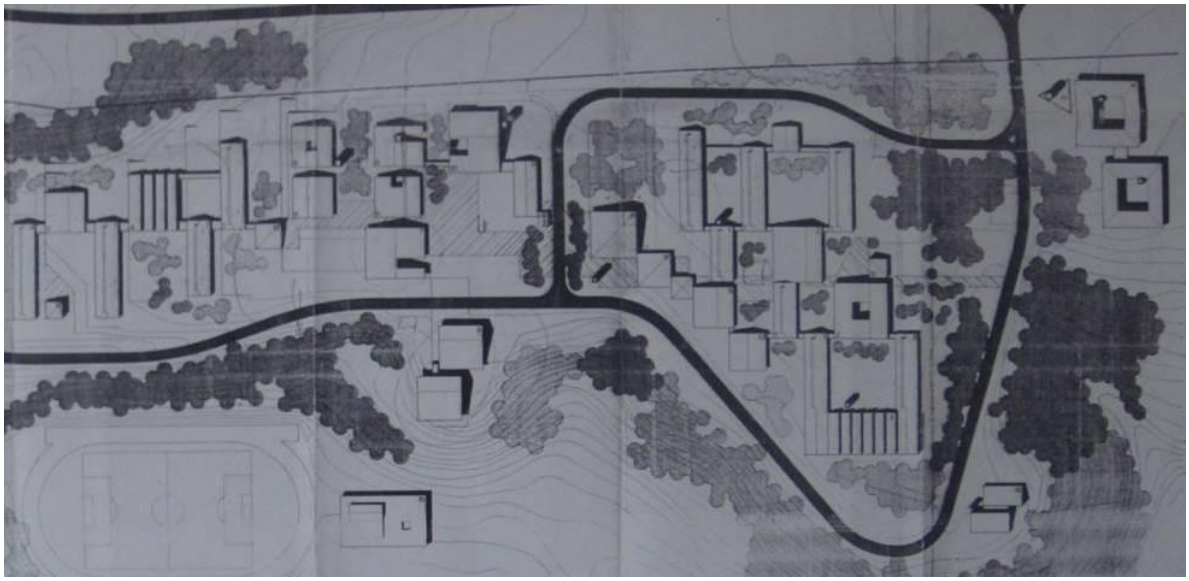

Figura 26. Plano Diretor Físico. Zimbres & Reis. 1986. Fonte: Direa/UNIRPlano diretor Físico-Territorial de 1986. Fonte: Direa/ Unir

Figura 27 - Detalhe da Prancha do Plano Diretor

Observamos na figura 26 que a proposta apresentada concentra toda a implantação do campus na parte frontal do terreno onde se encontra o seu acesso, diferentemente da UFAM, por exemplo, em que o campus está no meio do lote.

Podemos observar também que o traçado viário foi acompanhando as curvas de níveis do local.

Duas grandes áreas foram definidas pelo sistema viário onde foram implantadas a maior parte das construções. Podemos verificar que há uma predominância no sentido das implantações dos edifícios com suas fachadas maiores voltadas diretamente para o norte.

Algo que nos chama a atenção é a ligação que se dá entre os diversos edifícios que é feita através da criação de áreas de circulação comum em seus encontros criando assim um eixo de circulação que podemos classificar como pontos de intersecção entre os diversos blocos, conforme observado no detalhe do Plano Diretor apresentado na figura 28.

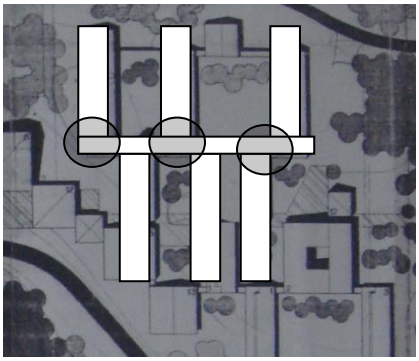

Figura 28 . campus UNIR

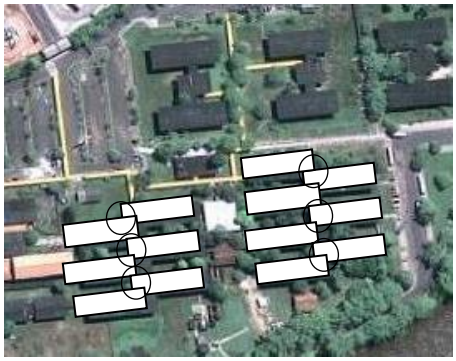

Figura 29 . Campus da UFPA

Podemos observar que este tipo de arranjo espacial é comum a vários outros campi da região norte como o da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, Universidade Federal do Pará- UFPA e Universidade Federal do Acre- UFAC conforme podemos ver nas figuras 29, 30 e 31. Podemos constatar a reprodução de uma mesma forma nos vários campus o que podemos chamar de uma matriz espacial.

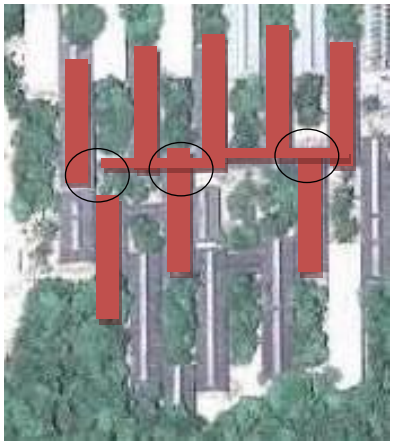

Figura 30 - . Campus UFAM

Figura 31 - . Campus UFAC

Salientamos que o campus da UFAM foi projetado pelo reconhecido mundialmente arquiteto Severiano Mario Porto, sendo seu embrião no final da década de sessenta e inicio dos anos setenta.

Já o campus da UFPA teve como um de seus autores o arquiteto, Alcyr Meira que esteve em Rondônia a convite do então Reitor Euder Tourinho para avaliar o terreno e possivelmente apresentar uma proposta de plano diretor para o local- o que pode ser visto em sua entrevista. O engenheiro/ Arquiteto Alcyr Meira ocupou o cargo de diretor de obras da Universidade do Pará.

Observamos que a data de construção dos quatro campus são próximas- quinze anos de diferença no caso mais distante e todos foram construídos no período do Regime Militar e um dado importante: todos eles foram executados com recursos do MEC em financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento- MEC/ BID (expressão muito conhecida para muitos) como podemos ver na placa de inauguração da figura 32.

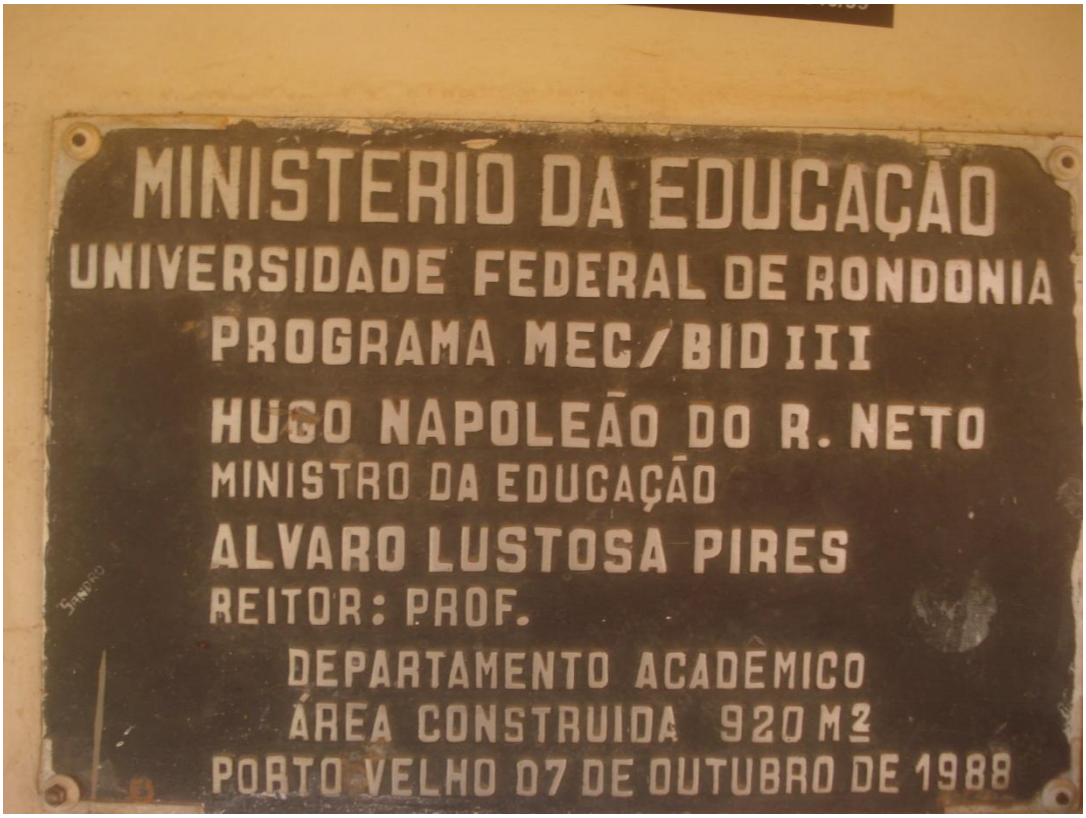

Figura 32 - . Placa de inauguração de um dos Blocos da construção do campus.

Segundo o que foi apresentado quanto ao Programa de Necessidades, O Plano Diretor Físico do Campus propõe a construção dos seguintes edifícios:

1. Salas de aulas- 6 Blocos
2. Salas Especiais- Educação Física;
3. Laboratórios;
4. Auditório (não construído);
5. CPD/ Controle acadêmico (não construído);
6. Núcleos/ Tecnologia Educacional (não construído);
7. Café;
8. Alojamentos (não construídos);
9. Gráfica/ serviços Gerais (não construído);
10. Restaurante (não construído);
11. Lanchonete (não construído);
12. Departamentos;
13. Biblioteca;
14. Administração Central;
15. Central Geradora de Frios.

Figura 33 – O Plano Diretor e o que foi construído na 1ª Etapa

A seguir faremos a análise da proposta apresentada para o Plano Diretor fig. 33, e da relação dos serviços ali definidas pelos edifícios, observando sua implantação no terreno.

Quanto a implantação e as orientações dos projetos desta proposta original relaciono abaixo as seguintes considerações:

1. A utilização do platô localizado ao longo da estrada com a retirada de toda a vegetação existente (conforme foto abaixo) estabelece uma relação de distanciamento com o local. A área urbanizada esta totalmente desflorestada. Esta decisão é bem comum no urbanismo moderno.

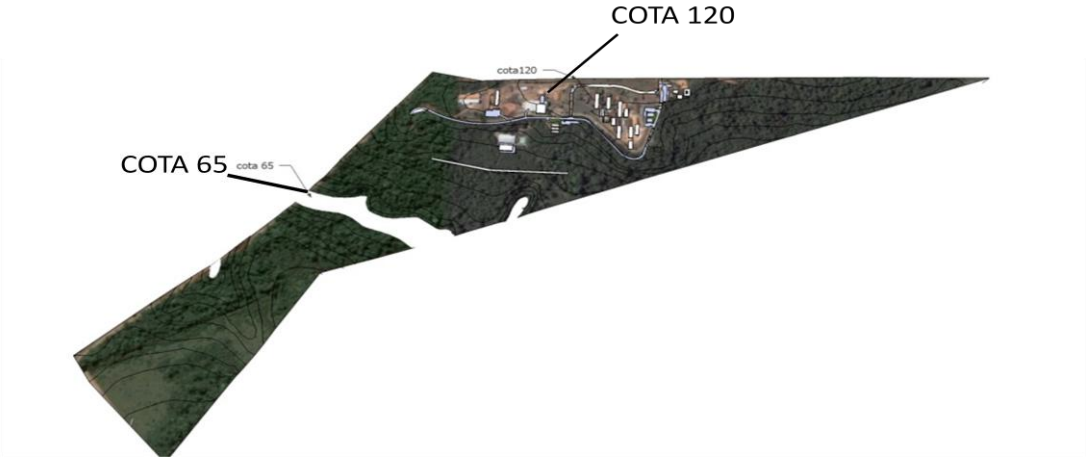

Figura 34 - Topografia da área

A topografia do terreno possui desníveis bastante acentuados conforme podemos ver nas figuras 34 e fig. 35.

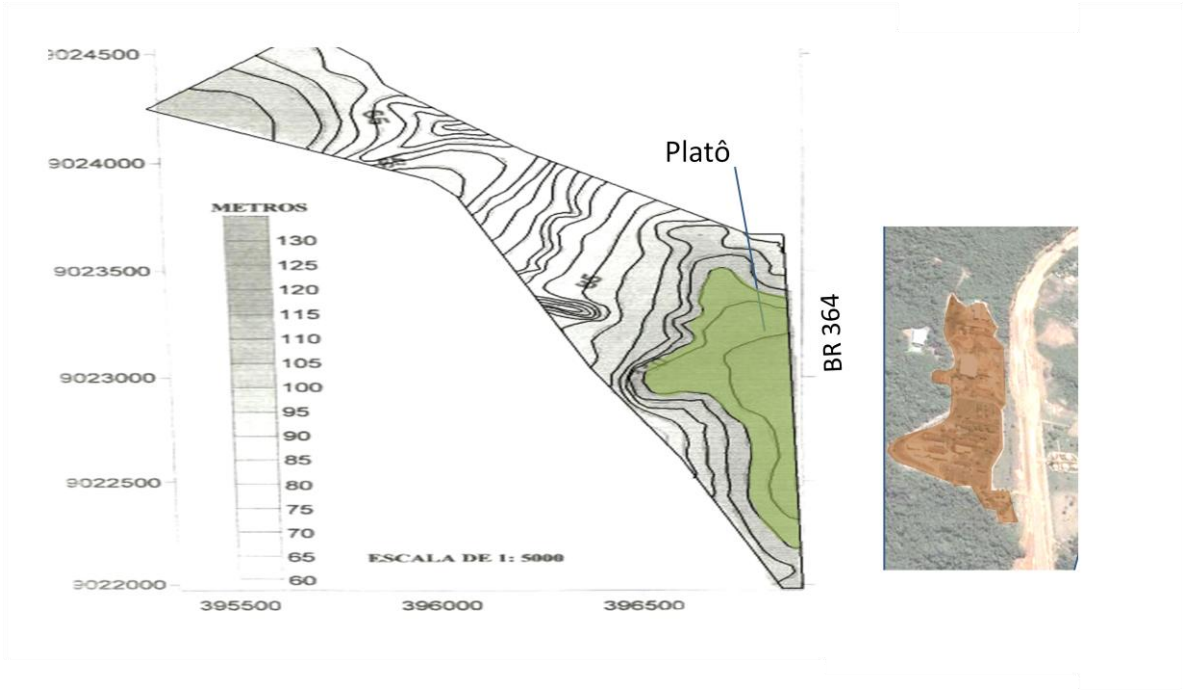

Figura 35 - Platô usado para implantação do projeto

A característica do terreno e dada pela sua topografia acentuada com curvas de níveis de cinco em cinco metros e diferença de 40 m de desnível e uma área frontal de Platô.

Através da sobreposição de imagens, fig.35, vemos a semelhança da forma da implantação do projeto no sítio o que podemos concluir sobre a importância das características do terreno para o projeto. Consideramos essa uma decisão acertada para a economia no serviço de movimento de terra. É possível que este seja o elemento ‘condicionante’ das definições na sua ocupação ao optar pela parte mais plana do terreno.

No entanto, chama-nos atenção a ausência de vegetação nativa no local, o que pelas fotos verificamos que o terreno foi ‘limpo’ usando aquilo que costumeiramente se chama de ‘terra arrasada’. Este tipo de procedimento, retirando toda a vegetação, desmatando (limpando o mato), revela a relação conflituosa entre uma cultura dita ‘racional’ em que a civilização moderna se apoia, considerando a natureza o componente caótico a ser dominado.

Figura 36 - Foto aérea da Implantação Original. Fonte: Prof. Teophilo

A paisagem agora humanizada com a retirada da vegetação (fig. 36) foi preparada para receber as formas estéticas e éticas de uma civilização mais racional. Neste caso está presente a força do pensamento hegemônico da sociedade moderna e sua (pouca) relação com o ‘outro’.

Figura 37- Projetos que não consideram a paisagem natural. Fonte: o autor

Então podemos definir este novo espaço criado como sendo um ‘espaço de exclusão’?

Há uma desnaturalização do homem de maneira proposital retirando-o de seu espaço e isto se se torna ampliado em no nosso caso onde o espaço local esta cercado pela floresta amazônica. Como foi dito em capítulo anterior, o pensamento moderno age na modificação de nosso espaço amazônico ao ponto de

considerar que um terreno todo pavimentado é qualitativamente mais moderno, um traço de civilidade.

A escolha sobre este tipo de procedimento em 'zerar' o terreno (ver fig. 37), neste caso com a retirada completa da paisagem natural, pode parecer normal para um olhar desavisado 'distraído' que não percebe as implicações que isto representa, mas Gonçalves (Porto, 1990) nos esclarece :

> "O século XIX será o do triunfo desse mundo pragmático, com a ciência e a técnica adquirindo, como nunca, um significado central na vida dos homens. A natureza, cada vez mais um objeto a ser possuído e dominado, é agora subdividida em física, química, biologia. O homem em economia, sociologia, antropologia, história, psicologia, etc. (...) A idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem, cria-se um abismo colossal entre uma e outra e (...) tudo isso não é só uma questão de concepção de mundo." (Porto, 1990)

Para Nietsche (Nietzsche, 1988) [38] a separação do homem-natural e do homem-cultural aconteceu no momento em que Sócrates negou a representação dos mitos no espírito grego para a afirmação da hermenêutica em forma de diálogo buscando suas referências não mais nos mitos e sim num mundo das ideias.

Para o pensador as duas figuras míticas (Apolo e dioniso)[39], são utilizadas para representar o espírito Grego na condição de homem- natural.

Com a poiésis Socrática, o espírito se separou da matéria, o homem da natureza, criou-se o homem racional momento em que para muitos pensadores nossa história ocidental começa a ser contada.

> "'Apenas por instinto': com esta expressão tocamos o coração e o centro da tendência socrática. Com ela o socratismo condena tanto a arte vigente quanto a ética vigente: para onde dirige seu olhar inquisidor, lá ele vê a falta de entendimento e a força da ilusão, e conclui dessa falta que o que existe é intrinsecamente pervertido e repudiável. A partir desse único ponto acreditava Sócrates ter de corrigir a existência: ele, sozinho, trazendo no rosto a expressão do desdém e da altivez faz sua aparição, como o precursor de uma cultura, arte e moral de espécie totalmente outra, em um mundo, que, para nós, haveria de ser a maior das felicidades simplesmente vislumbrar, com respeito e terror."((Nietzsche, 1988)

Como dito acima, as ciências, no caso a Arquitetura, cultiva o distanciamento da natureza e assim justifica sua racionalidade e principalmente a transformação da natureza em recursos, tudo isso através de um conhecimento técnico que lhe assegura o respeito perante suas ações que nada mais é do que a

---

[38] Livro "O nascimento da tragédia no espírito da música"-1871.

[39] Como de resto toda a mitologia grega em que os deuses eram representantes da natureza- trovão, agua e etc.

utilização do conceito de ‘sistemas peritos’ apresentados por Giddens (Giddens, 1991) que produz os ‘desencaixes’ em nossa sociedade.

Para Gelson Pinto (2009) as Formas adotadas dos *campis* no Brasil reproduzem o projeto da ideologia funcionalista difundida mundialmente através da Arquitetura Moderna, conforme abaixo:

> “Os *Campi* criados para a implantação das Universidades Federais no Brasil possuem arranjos espaciais que reproduzem o urbanismo tecnocrata e funcional, dentro do pensamento da arquitetura moderna (...) No estudo dos planos de assentamentos universitários, bem como nas arquiteturas de seus edifícios, encontramos ressonâncias de teorias e realizações estrangeiras, o que fez de *campus* e cidades universitárias públicas no Brasil um laboratório privilegiado da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo modernos (Pinto, 2009)

Observaremos a seguir como isto se deu na proposta do campus da Unir.

O traçado das vias circunda a área mais plana do terreno definindo assim uma rua externa as construções, configuradas para o uso do automóvel

Dentro deste perímetro, delimitado pelas vias, foram posicionados os edifícios de salas de aula, biblioteca, departamento, lanchonete voltados para o seu interior. As exceções são o prédio da Reitoria e o prédio previsto para alojamentos que nunca foram construídos.

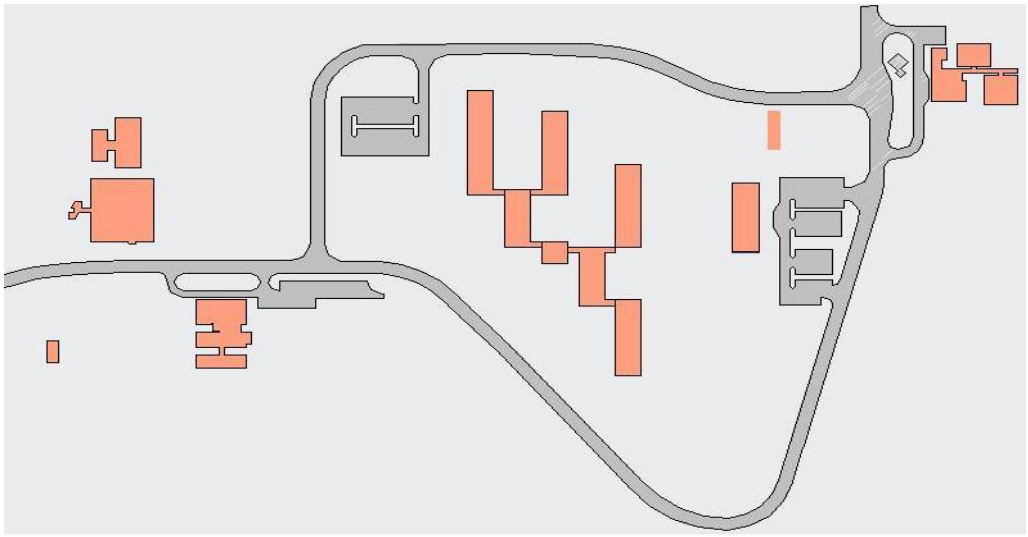

Figura 38 - Formas construídas

Os edifícios foram dispostos de maneira a atender o que preconiza sobre a melhor posição quanto a sua orientação geográfica na proteção da insolação, todos estão com seu maior lado voltados para o norte o que significa que o próprio beiral (extensão do telhado) se encarrega de proteger a incidência solar.

Figura 39- Preocupação quanto a insolação.

Figura 40- Formas qquanto suas repostas a insolação.

Esta definição parecer ser correta, pois permite espaços sombreados onde podem ser desenvolvidas as atividades extra classe.

A sua desconsideração (a única exceção quanto a orientação solar) foi observada na implantação do edifício do curso de medicina onde, no mesmo horário da foto apresentadas nas figuras 39 e 40, a insolação se apresentava hostil não permitindo o uso desses espaços de varandas para outras atividades.

Esta forma em que não se considera a incidência dos fatores externos como sol, chuva expulsam as pessoas para outros locais. O corredor do prédio da figura 40 serve apenas para passagem,enquanto alguns outros possibilitam o seu uso.

Figura 41 e Figura 42 – O espaço recriado pela Vivência

O ritmo dado para o atendimento quanto a reposta climática, acaba por criar uma uniformidade nas construções que se impõe pelo seu ‘planejamento’.

Fica a sensação de um trabalho definido segundo critérios absolutamente racionais como se fora um acampamento militar (o que orgulharia, sem duvida o Sr. Atcon), conforme fig 43.

Figura 43 - Campus ou acampamento militar? Fonte: Eng. Ramires

Podemos dizer que a construção do campus em 1987/8 trouxe a modernidade a Rondônia através de sua forma construtiva e as novidades tecnológicas.

O concreto aparente símbolo máximo desta nova arquitetura, e todas as potencialidades por ele oferecidas como grandes vãos de piso e de janelas refletem a proposta de modernização do País através da forma da arquitetura moderna.

O edifício da Unir centro, um ícone da arquitetura neoclássica da cidade tem sua forma diametralmente oposta a estes novos projetos.

Figura 44- A Forma tecnologica do concreto armado. Fonte: Ramires.

A negação de formas passadas que foi uma importante estratégia de afirmação desta nova arquitetura é evidente, pois não há referências a nada que não seja seu discurso tautológico sobre o próprio fazer arquitetônico, estruturas aparentes abominando todo tipo decorativo e de referências, uma arquitetura da impessoalidade, uma forma sem conteúdo.

Nas propostas dos projetos apresentados não se vê como elemento construtivo o uso da madeira tão abundante na região e facilmente reconhecida nas construções vernaculares.

O uso deste material foi tratado como um sub- produto (podemos relacionar a sua representação social) apenas para servir de caixarias para o preenchimento do concreto armado, símbolo onipresente da tecnologia usada nas construções modernas. Vale ressaltar novamente que a importância dos projetos do arquiteto Oscar Niemeyer, está associada sua forma ao domínio deste material, conforme fig. 44.

A forma ideológica representada pelo domínio tecnológico apresentado tanto por Santos (2009) como por Guiddens (1991) estabelecem tipos de relações ‘desencaixadas’ ao permitir separar o tempo do espaço.

Figura 45 e Figura 46- Modos de vida amazônico

Este parece ser o caso. Não houve nas proposições dos projetos apresentados até agora no campus, uma reflexão sobre o uso de tecnologias regionais ou mesmo considerar o modo de vida amazônico nas formas espaciais, conforme fig.45 e 46.

A falta de referência com a cultura local apresentada nos projetos existentes no campus é sintomática de um processo de negação desta cultura e é uma forma de exclusão através do que Arendt chama de ‘desenraização’ e Guiddens (1991) chama de ‘espaços vazios’. São espaços que vão sendo configurados com outros paradigmas que não o do local, ou seja, com a sobreposição de uma estética/ética dos valores de outra sociedade, distante da existente criando ‘relações ausentes’ conforme definição de Guiddens.

4. O Espaço e o Lugar no campus

1.1. O Espaço Público- a RUA e a PRAÇA

Trata-se de uma Universidade Pública cujo termo aqui empregado refere-se que os estudos não são cobrados, ou seja, neste sentido o público se relaciona ao financiamento das despesas, mas e seus espaços são públicos?

Como foi visto acima são espaços exclusivos com acesso restrito a poucos que conseguem uma vaga na disputada seleção para seu ingresso.

No entanto suas portas estão abertas, pois não nos é cobrado nenhum documento legal na portaria, não há barreira física a serem transposta para acessar aos seus espaços, mas essa seria uma definição de espaço público?

Neste espaço são poucas as pessoas que se encontram no local e não possuam algum envolvimento com suas atividades fim (com exceção dos serviços de lanchonete, copiadoras e serviços gerais de manutenção).

A falta de outras atrações para o local e sua distância faz com que o campus esteja 'isolado' da cidade. Para Folli (1999) citado por Pinto (2009) esta relação do campus com a cidade é expressa da seguinte maneira:

> "a universidade geralmente se relacionou com a cidade em termos de alteridade, senão de indiferença, com um escasso interesse pelo significado ou pelas consequências de sua presença. Assim o campus universitário é a expressão desse intercâmbio conflituoso ao se constituir como bairro fechado fora da cidade, e a cidade universitária a forma de enclave do fenômeno de subsunção da universidade à urbs, indicando – nos que há que se inverter tal relação. Ou, transformar raddicalmente o modo pelo qual até hoje a universiade olhou a cidade- e vice-versa- e assumir para a universidade um papel de grande, se não decisivo, relevo no processo de construção da cidade contemporânea." (FOLLIN, 1999,apud PINTO, 2009,p. 14)

Algumas são as razões que podemos discorrer para essa 'seleção' territorial. Consideraremos primeiro sua localização em relação a malha urbana da cidade. Vejamos.

O campus da Fundação Universidade de Rondônia- Unir em Porto Velho é um espaço físico de mil hectares distante cerca de oito quilômetros da cidade, conforme fig.47.

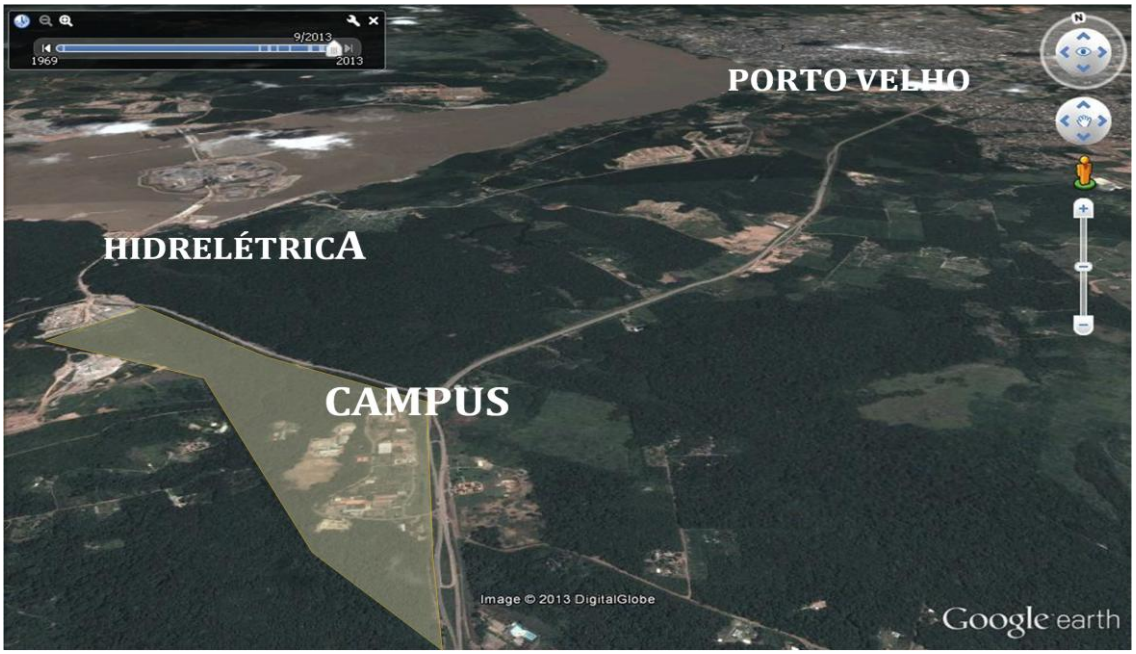

Figura 47 - Localização do Campus. Fonte Google maps

Seu acesso se faz pela Br 364 sentido Acre – sudoeste da cidade, uma área de baixa urbanização e distante do vetor de crescimento da cidade.

Não há na vizinhança nenhum outro tipo de urbanização que sirva de atração para a população pelas cercanias, pelo contrário há um lixão, um cemitério e a hidrelétrica do Santo Antônio como vizinhos.

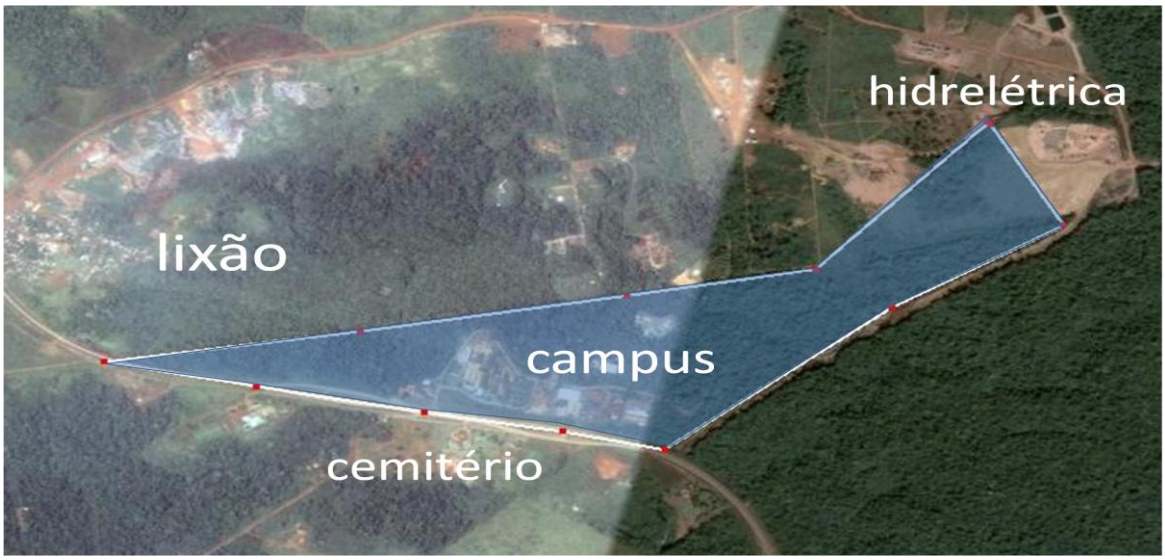

Figura 48- Vizinhança. Fonte Google Earth

Do lado do Lixão existem algumas pequenas propriedades tipo chácaras. Conforme fig. 49 abaixo.

Figura 49- Lixão ao lado do campus

Com a transferência do lixão da cidade na estrada do Santo Antônio, este foi transferido para uma área próxima ao campus ainda na segunda metade da década dos anos 90, permanecendo neste local até os dias de hoje.[40]

Com o processo de inversão térmica, a fumaça produzida na queima do lixo em determinada época do ano – meses de friagem (julho e agosto quando predomina ventos do quadrante sul em direção ao norte), e as queimadas da floresta (pastos), o campus é tomado por fumaça com claro prejuízo a saúde e o bem estar a todos, conforme podemos ver no relato abaixo:

> "Atividades são novamente suspensas no Campus da UNIR de Porto Velho devido a queimadas. Quarta-Feira , 25 de Agosto de 2010 - 17:13. As atividades no Campus "José Ribeiro Filho" da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em Porto Velho, serão suspensas de hoje, 25 de agosto, até sexta-feira, dia 27 de agosto. O motivo é o mesmo da semana passada: as constantes queimadas que estão tornando difícil a vida administrativa, docente e discente no Campus. A comunidade acadêmica – alunos, funcionários e docentes – reclama de mal-estar, manifestações alérgicas, como irritação nos olhos, nariz e pele, garganta seca, além de voz rouca." http://www.rondoniaovivo.com/news.php?news=66664

No início do ano de 2012, com a criação de leis sobre o tratamento de resíduos sólidos- Política Nacional de Resíduos Sólidos, ficou determinado que os municípios devem apresentar um plano de substituição do lixão a céu aberto para um aterro controlado. Isto inclui sistema de coleta seletiva e

[40] Ao redor do lixão formou-se uma comunidade chamada Vila Princesa. Em conversa com o presidente da associação dos moradores da Vila, Sr. Francisco, este relatou que a associação de moradores – cuja existência está em torno da coleta de lixo, possui 270 famílias cadastradas.

acondicionamento adequado do material sem que seja permitida a queima do lixo como é o costume até então.

No desenho do Plano Diretor do campus não há definição de vias para pedestre, elas aparecem na ligação entre um bloco a outro em que a circulação das pessoas seria protegida pela cobertura dos edifícios, como se fossem extensões das varandas.

A ligação desta área a outra (dividida pela via de carros) aparece no desenho como uma sugestão de piso contínuo.

De acordo com a escolha feita (o partido arquitetônico) para a forma do plano urbanístico em aproveitar a área de menor desnível conforme já foi dito, surge assim um eixo longitudinal que se estende do início ao fim do campus e serve de ligação entre os edifícios.

Figura 50 – traçado do eixo longitudinal de circulação

O Plano Diretor foi construído parcialmente e na implantação existente vemos que foram improvisadas algumas construções como a circulação apresentada na fig. 50.

Figura 51- Circulação longitudinal – a Rua

Sendo esta a principal ligação entre as diversas partes do campus, observamos que sua construção é precária com piso irregular e nenhuma atração em seu percurso. Ela serve como lugar de passagem, pois não existe na sua forma nenhum elemento que promova a convivência como bancos, arvores e etc.

Figura 52 – Foto da circulação principal- A RUA

Devido a aridez do local, as pessoas recriam os espaços atribuindo significados a eles de diversas maneiras. Podemos ver através das pinturas e

desenhos nas paredes, os grafites, que é uma tentativa em se demarcar os espaços, na busca de afirmação de identidades e estão distribuídos em todas as partes.

Para Serpa (Serpa, 2007) a apropriação inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que caracterizariam o homem como espontaneidade, como energia vital."

Figura 53 e Figura 54 – Representação do Espaço de Vivência

Segundo Lazarin (2006),

> O grafite é uma forma de inscrição urbana com origens no movimento da contracultura, iniciado na década de 1960. Desde o início, o grafite está ligado à contestação política e ideológica e a movimentos de afirmação identitária. Primeiramente na Europa, surge como forma de manifestação política do movimento estudantil Francês, cujas idéias paulatinamente se espalharam para a América, sofrendo influências, nas décadas de 1970 e 1980, dos movimentos hippie e punk. Nos Estados Unidos, o grafite é usado como uma forma de afirmação das comunidades negra e latina, confinadas em seus respectivos guetos, em Nova York, nos bairros do Bronx e do Brooklin. Na década de 1990, torna-se um dos elementos que compõem a cultura Hip-Hop, juntamente com o Break, o Disc Jokey, o Master of Cerimony. O grafite constitui-se, então, como forma de divulgação dos encontros, das festas e eventos das comunidades referidas.

Esta busca de espaços de representação esta relacionada a necessidade de territorializar espaços para afirmação da identidade, o que é uma apropriação pública do espaço para torná-lo menos público, mas como diria Lefebvre, 'não existe espaço inerte' este processo de apropriação tem suas dificuldades porque não há esses espaços definidos. Segundo Serpa (Serpa, 2007)

> "diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial definindo assim uma acessibilidade que não é somente física, mas sobretudo simbólica. A apropriação social dos espaços públicos tem implicações que ultrapassam o design físico de ruas, praças, parques, largos shoppings e prédios públicos. Acessibilidade e alteridade tem uma dimensão de classe evidente, que atua na territorialização dos espaços públicos."

Não existe no projeto a designação de um ambiente que possa ser chamado de ‘praça’. Ninguém diz: “vamos para a praça”, porque não há. As pessoas se relacionam nos interstícios entre um espaço e outro

Mantêm-se o pensamento dominante de espaços criados exclusivamente para suas funções, não são espaços para se viver, foram concebidos como espaços funcionais exclusivas a atividades pedagógicas.

Nas entrevistas observamos no item 12 do questionário- Quais serviços oferecidos pelo campus que você utiliza? Sente falta de algum espaço/serviço?, que 44% dos entrevistados apontaram sentir falta de praça ou palavras semelhante como, ambiente de convívio, espaço para apresentações, descanso depois do almoço.

Não há no projeto menção a qualquer ambiente, ou lugar, ou detalhe que fale de espaço público. O que se presume é que o termo chamado de ‘áreas verdes’ pode ser o corresponde a espaço publico? Ou áreas de jardinagem?

Estas ‘áreas verdes aparecem em toda parte que não existe urbanização como vias, estacionamento, edificações, e depois desses 24 anos de implantação não surgiu nenhuma atividade nestas ‘aras verdes’ que possam ser atribuídas a elas o termo de espaço público no sentido buscado por nós.

Mas uma vez o termo público esta relacionado ao espaço sem restrição de acesso físico, mas como não há atividade, não foram apropriados pela vivência, não exercem seu papel de espaço público.

Sem forma definida para que possa dar um sentido a ele essas ‘areas verdes’ podem concluir que são áreas residuais entre os edifícios, sem identificação, realmente é o resto, o que sobrou.

Huet (2001), citado por Abrahão (Abrahão, 2008) descreve bem essa falta de referência ao espaço público nos projetos modernos, conforme podemos ver abaixo.

> “De fato, dizia ser necessário rever a lógica do urbanismo moderno, que inverteu o espaço público enquanto espaço estruturador do espaço privado e ordenador dos objetos arquitetônicos em um espaço meramente **‘residual, sem forma própria, sem sitema simbólico preciso, chamado de espaços verdes, insignificante e inominável no sentido etimológico da palavra’**”. (HET,2001,apud ABRAHÃO,2008,p.53) (grifo nosso)

Os ambientes de convivência e de encontros são criados pela experiência das pessoas no espaço de acordo com o que define Lefebvre (2009), de Espaços de Vivência.

Figura 55- A criação de outros espaços. Fonte: o autor

É com o uso espacial que as pessoas vão se apropriando e criando seus espaços de referência, humanizando assim o ambiente. Fig. 55, 56 e 57.

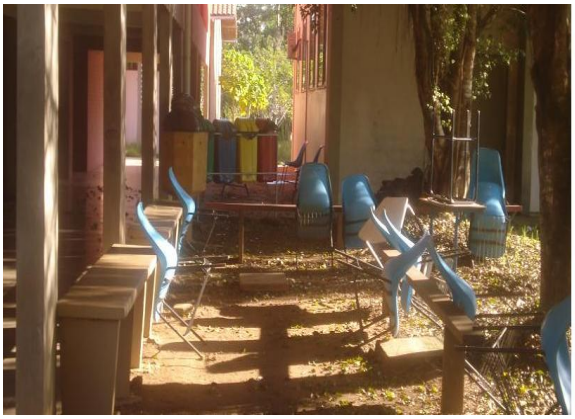

Figura 56 e Figura 57- apropriação dos Espaços. Fonte Mario Veroneze

Figura 58 e Figura 59- espaços de encontros – a Praça

Embora ninguém se refira como tal, como já foi dito, a praça está definida no projeto pela sua centralidade, se assim a considerarmos. Junto com a biblioteca (exatamente a sua frente) existe um espaço amplo que pode servir ao uso de praça se não fosse a construção (prevista em projeto) da central de ar condicionado. Uma construção em que abriga o sistema de refrogeração.

Esta centralidade proposta em que estão a biblioteca, os departamentos e a reitoria (hoje não mais), e o Auditório Paulo Freire, estabelecem um centro cívico, podemos classificar este espaço como “o coração do projeto”. No entanto faltam elementos para que induza o processo de ocupação que até agora não foi dado.

A apropriação do espaço como praça não ocorre e sua forma esta comprometido pela falta de equipamentos (bancos, sombras, iluminação) bem como pela sua descontinuidade devido a existência de uma construção técnica que abriga o antigo sistema de refrigeração (hoje desativado).

Figura 60- A Praça

Este depósito de material de refrigeração nunca deveria estar neste local por trata-se de atividade incompatível com a biblioteca e praça. Desativado, esta edificação esta subaproveitada podendo ser dado um uso afim como uma sala de cinema ou mesmo ser retirada para ampliar o espaço de uma futura (quem sabe) praça.

Os edifícios que se destacam tanto pela sua arquitetura como pela sua implantação são os prédios da administração geral (onde funcionava a reitoria) e a biblioteca

O edifício da Reitoria- construído em concreto com sua estrutura aparente chama atenção pela sua implantação: aproveitamento do desnível natural do terreno. Considerado por mim como o melhor projeto do conjunto por adequar-se a topografia, este edifício se comunica com o seu entorno- alem de se moldar ao terreno possui áreas internas abertas o que permite um contínuo fluxo de ar.

O edifício da biblioteca possui dimensões maiores que os demais com um volume de um cubo de dois pisos. Sua importância refere-se a sua posição central no conjunto- esta no centro geométrico da área urbanizada próprio para sua atividade em atender com equidistância a todos os blocos.

Na frente deste edifício existe uma área pavimentada, subaproveitada que deveria servir para um local de reuniões. No entanto não há nenhum tipo de investimento neste sentido ao longo da existência do campus.

As construções que se sucederam ao plano diretor mudaram a orientação do Plano Diretor. Os edifícios são construídos não mais para o centro do espaço mas voltados para a via, como por exemplo o Cegea.

Esta nova forma de implantação dos edifícios tem criado problemas sérios quanto a circulação, conforme podemos ver na fig. 61 em que o prédios ao se voltarem para a área externa do campus, tem como opção de circulação ao seu interior os vazios entre os blocos. que é utilizada para se fazer o percurso do antigo prédio do mestrado em Geografia para a lanchonete- o ‘centro’- onde estão a cantina, reprografia, biblioteca.

Figura 61 – Circulação usada para acessar a lanchonete e todo o centro do campus.

Trata-se de uma forma sem forma, pois as pessoas utilizam esta circulação há muito tempo e não foi considerada quanto a sua melhoria, nem sequer é nem identificada como problema.

4.2. O Público e o Particular

Com a intenção de me aproximar dos atores do campus, apliquei um questionário para 62 pessoas de cunho qualitativo buscando identificar a impressão e o relacionamento que eles tem com a forma do campus.

Escolhemos 4 salas de aulas, 2 de manhã e 2 a tarde nas turmas de história e geografia.

As questões foram as seguintes:

Os itens de 1 a 8 referem-se a perguntas objetivas, como identificação do curso, qual período estuda e quanto tempo freqüenta o campus.

4- De que maneira você chega ao campus?

5- De qual região da cidade você vem?

1. Qual horário de entrada e saída?
2. Quantas horas passa por dia no campus?
3. Quantos dias na semana?
4. Em qual espaço você passa mais tempo?

Os itens a seguir são mais subjetivos.

5. Qual imagem agradável que vc tem lembrança no campus?_____
6. Qual imagem desagradável?_____
7. Quais serviços oferecidos no campus que você utiliza? Sente falta de algum outro espaço ou serviço?_____
8. Para a realização de sua atividade principal, há alguma dificuldade que pode ser relacionada ao espaço?_____

Numa outra folha foi colocado um desenho do campus com a indicação dos edifícios mais comuns como biblioteca, lanchonete, acesso, para que os entrevistados riscassem os percursos mais usados por eles. Observei que o fluxo em sua maioria vai do externo ao interior do campus sendo poucos os entrevistados que não transitam por outros setores que não são propriamente os deles.

A distância do campus ao centro urbano faz com que a maioria da população do campus seja dependente do transporte coletivo para seu acesso ao campus. Segundo dados coletados através de questionário aplicado, 58% das pessoas utilizam-se de ônibus coletivo para chegar ao campus enquanto 28% chegam através de automóvel particular, 6% de carona e quase 9% de moto.

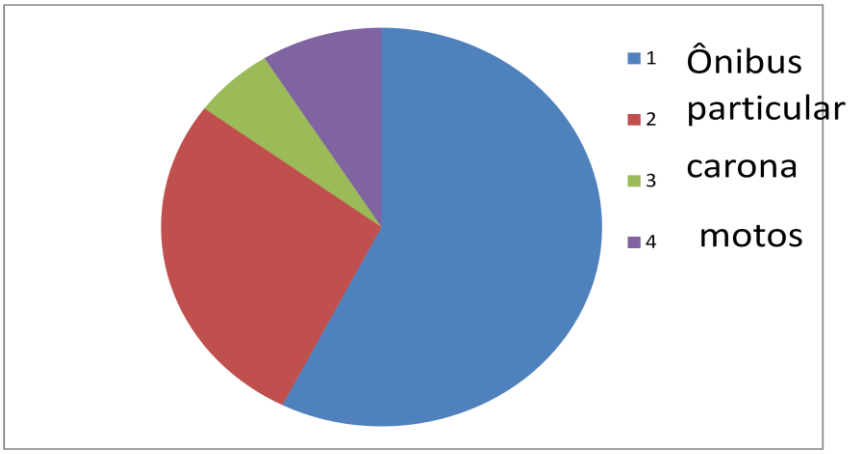

Figura 62 – Tabulação das informações coletadas sobre mobilidade

Sendo assim a maior parte da população do campus depende exclusivamente dos serviços prestados pelo transporte coletivo que estão sob o domínio de empresas particulares. Há reclamações de toda ordem que vão desde a contestação do aumento do valor das passagens (principal reivindicação), cobrança para aumento de quantidade de veículos para diminuir o período entre os ônibus, qualidade dos serviços como também confecção de maior quantidade e melhores abrigos para a espera (dirigidas a administração).

Figura 63 e Figura 64 – Movimento estudantil contra o valor do transporte coletivo

No questionário aplicado aos alunos a questão do transporte coletivo aparece em outras duas perguntas:

Questão 12 ítem b) Sente falta de algum espaço ou serviço?

- 6% apontam problemas relacionados aos ônibus.

na 13ª questão- Para a realização de sua atividade há alguma dificuldade relacionada ao espaço?

Foram classificadas 3 respostas para a questão do transporte:

- 7% disse que são poucos os abrigos para a espera e quase 10% anotou problemas relacionados ao ônibus como demora e preço.

Figura 65 – Terminal de ônibus

Desta população 38% saem da zona Leste da cidade, 32% da zona Sul, 17% da zona Central, quase 10% da zona Norte e 3% de Candeias do Jamari (município ao lado de Porto Velho).

Com o aumento de construções principalmente a partir do programa reuni, os problemas decorrentes das obras como: acúmulo de material de construção, circulação de caminhões, entulhos, tapumes de delimitações das obras, demoras na conclusão das mesmas, contribui para que se tenha uma impressão negativa dos espaços do campus observado em conversas com alunos, professores e funcionários.

Ao contrário do que se imagina, a grande quantidade de obras no campus não é vista como um ganho qualitativo dos espaços e sim de desordem e de falta de planejamento.

Figura 66 – Restos de obras próximas a circulação de pessoas

Figura 67 - Movimento estudantil contra a administração.

O movimento estudantil principalmente o Universitário, tem sua história marcada pela contestação aos grupos dominantes. Sua indignação ao que considera injustiça é expressa de maneira enérgica e de conflito. Na história da Unir em diversos momentos essas expressões são marcadas por verdadeiras batalhas travadas em geral com a administração da Reitoria como podemos ver nas fotos..

De fato as relações dos grupos sociais que vivenciam os espaços do campus nem sempre são harmoniosas e os embates revelam diversas forças em confronto.

Figura 68 – Greve de estudantes e professores

A impressão dos atores sobre os espaço é negativa. Todos os entrevistados fizeram críticas sobre vários aspectos. Alguns usaram o termo favelamento para se referirem as construções que acontecem, aparentemente sem critérios.

Este modelo de proposta espacial, no entanto parece haver se esgotado visto que são comuns críticas ao local onde o termo “favelamento” é comumente empregado nas conversas sobre o assunto e já se difundiu por toda a comunidade local- professores, funcionários e alunos.

Vale salientar, antes que recaia qualquer crítica, que o termo empregado aqui se refere de maneira pejorativa ao ordenamento espacial onde podemos extrair várias análises como:

a) que o termo favelamento se refere a diferentes tipologias dos edifícios. Pode ser o reflexo de que cada grupo (departamento) pensa de maneira isolada e as construções com diferentes tipologias e com pouca ou nenhuma integração com as demais apenas refletem a espacialidade adotada;

b) que o termo favelamento se refere a ausência de planejamento. Há uma crença de que o planejamento espacial na forma de um plano diretor possa resolver esse processo de “samba do criou doido” com a centralização das ações.

c) Que o termo favelamento se refere a uma falta de limites entre o público e o privado. Há nas entrevistas esta preocupação quanto às apropriações dos espaços do campus.

Para o professor Milton Santos bem como os demais geógrafos da chamada nova geografia, a ocupação desordenada não significa ausência de planejamento, mas sim de “um outro planejamento”, aquele não oficial que se passa pelas necessidades imediatas e que vai dando forma as espacialidades existentes.

Desta maneira vão se constituindo os espaços do campus como uma colcha de retalhos refletindo, talvez, a diversidade de pensamento de seus atores, e esta pluralidade espacial seria a sua forma de representação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentei aqui apresentar minhas reflexões sobre um problema existente no planejamento dos espaços, porém por serem de alta complexidade teórica, chego ao final sem oferecer talvez o que muitos gostariam: uma fórmula para resolver seus problemas. Busquei, no estudo do campus, trazer a luz conceitos que considero indispensáveis para serem abordados por quem se dispor a pensar sobre um possível plano diretor para o local. Conceitos que tem por base a definição de Espaço e Lugar, conceitos estes que acredito servirão para uma abordagem até mesmo metodológica, visto que foi esta uma das preocupações deste estudo.

Despertar a atenção de que a forma construída é uma expressão da leitura de mundo que temos e que elas são sua linguagem espacial, uma vontade que se concretiza no tempo e espaço, nos faz pensar que cumprimos o objetivo proposto inicial. O caráter ideológico da Concepção Espacial em detrimento das relações afetivas e representativas do Lugar foi a tentativa desenvolvida neste estudo ao tentar estabelecer uma conexão entre as Formas espaciais com a sua devida representação.

Esta Forma distraída da arquitetura em se relacionar com as pessoas não parece ser verdadeira quando observamos a carga ideológica que transmite, é sim distraída por não nos darmos conta disso. Por se tratar de formas públicas suas portas não precisam estar abertas para saber se podemos ter acesso a elas, sua forma já comunica esta intenção carregada de ideologia.

Vivemos na região amazônica cujas peculiaridades bio-climáticas deveriam determinar um tipo de forma adequada ao local, mas não, agimos com modismos e cópias mal feitas de outros lugares, semelhante ao que foi descrito por Swhuartz como “as ideias fora do lugar”. Não refletimos sobre nosso espaço e consequentemente deixamos passar uma oportunidade de construção de nossa identidade.

Como foi dito, as Formas comunicam ao ponto de serem consideradas um “presente de Grego” para Milton Santos ao servirem para uma nova maneira de dominação. Elas reproduzem uma matriz arquitetônica que promove o ‘novo’ a todo

custo determinando um modo de vida pautado no consumo sem que haja espaço para uma reflexão ao ponto que negar este processo é estar excluído do processo.

Podemos sim acreditar na possibilidade em se criar espaços que possam ser mais inclusivos, principalmente em se tratando de edifícios públicos que considero que são hoje os maiores representantes do modismo na arquitetura, criados como espaços de exceção e pensados desta forma para diferenciar-se dos demais espaços da cidade, portanto sem integrá-los a representação da vida comum.

Talvez devido ao costume da profissão, pretendi apresentar este estudo não somente no campo teórico, mas extrair dele uma possibilidade de aplicação prática, pois a urgência em nossas cidades de planejamento espacial é inconteste sendo que suas antigas abordagens estão desgastadas e descrentes, o que reflete na prática desconexa das ações espaciais.

A dinâmica da modernidade é revolucionária no sentido de que as certezas que temos hoje rapidamente são colocadas em dúvida, as mudanças adquiriram uma velocidade maior do que a capacidade de reflexão, vivemos o eterno devir assentados no mundo das imagens e do prazer imediato. A dimensão humana não é mais a medida das relações, a tecnologia reinventa o tempo e o espaço, o virtual ganha mais sentido que a realidade, são estes os paradigmas do século XXI.

Devemos refletir nesta potencialidade das formas sem deixar de saber que elas estão abertas as mais diversas contribuições mais do que se possa imaginar. As construções são como dito, ‘formas distraídas’, um campo cego da nossa realidade em que pouco refletimos em nosso dia-a-dia.

No estudo em questão observamos o quanto agimos por repetição reproduzindo os espaços da sociedade de consumo sem nos permitir o tempo necessário para a reflexão de nossas ações. Observamos isso já na escolha do sítio para a futura implantação do campus da UNIR em Porto Velho, conforme relatos apresentados podemos considerar a situação como emblemática para se compreender a história da dinâmica espacial do lugar: ações desconexas entre a ordem distante (exigência de que a área fosse contrapartida) e a ordem próxima (a falta de opção- por não possuir recursos e escritura) – o que vai ser uma constante na produção do espaço do lugar.

Com exceção do plano diretor original que fixou parte dele de uma só vez, os novos investimentos se deram de maneira isolada. Desta forma acabam por transformar os espaços em uma colcha de retalhos: as construções resultaram de investimentos em momentos diferentes para atender cada um dos grupos de pesquisa ou de núcleos isoladamente através de seus projetos específicos, ou seja, não houve uma política de ocupação espacial capaz de orientar as construções que sucederam ao plano original.

A descrição do *modus operandi* das construções nos campus segue uma regra geral: pequenas intervenções (devido a disponibilidade financeira), porém constantes, como a construção de um laboratório, ampliação de outro, etc., colabora para que se tenha uma visão fragmentada do espaço que pode ser constatado nas diversas intervenções nos edifícios. No caso em estudo isto é bem perceptível através do que já é conhecido como “puxadinhos”, que são as pequenas construções que vão se espalhando sem um nexo com o conjunto;

Há uma clara tendência ao isolamento dos edifícios nas novas implantações em que cada núcleo, cada departamento, cada grupo de pesquisa, propõe suas espacialidades marcadamente indiferentes aos demais espaços.

Em termos espaciais isto pode ser constatado na perda significativa de qualidade dos espaços públicos onde há uma clara orientação das construções ao atendimento de interesses dos grupos através da dedicação aos “espaços privados”. Isto pode ser facilmente observado pela ausência de espaços ao convívio dos discentes, falta de equipamentos urbanos como bancos, área improvisada para a convivência conforme

Podemos observar que os espaços se formam ao longo da história do campus no sentido de um espaço mais aberto para outro mais fechado, de um espaço integrado para um espaço fragmentado, um espaço público para um espaço privado.

Os espaços pensados para a convivência, a sociabilização, o espaço de encontro, de interação entre as pessoas é um espaço residual, ou seja, é o que sobra dos espaços concebidos.

O que observamos no campus é uma grande quantidade de prédios isolados, de tipologias variadas com pouca ou nenhuma integração entre eles, com exceção dos blocos de salas de aulas do plano original. O que se segue a este

plano de implantação chamado de “plano diretor físico-territorial” são construções que vão se distanciando do sentido proposto, tanto no aspecto urbanístico quanto das características construtivas dos edifícios.

Os espaços fragmentados dominam a paisagem atual, os ambientes externos como varandas vão perdendo para prédios fechados com pouca ou nenhuma relação com o espaço exterior. Não é possível identificar uma definição de plano urbanístico, pois há o predomínio do edifício sobre o plano. Constroem-se cada vez mais prédios sem nenhuma ligação com os demais.

A produção do espaço do campus revela diversas forças definidoras do espaço. As denúncias de má gestão apresentadas em rede nacional pela imprensa me parecem ser suficientes para a motivação do movimento da renuncia, no entanto tenho duvidas quanto a mudanças reais na política espacial para o local. O conhecimento quanto ao processo de construção do espaço não parece ter a mesma abrangência de sua definição teórica. O que observamos é a dificuldade dos administradores em dialogar e construir uma política espacial para o local.

.

Bibliografia

Abrahão, S. L. (2008). *Espaço Público: do urbano ao político.* (Annablume/Fapesp, Ed.) São Paulo: Annablume/Fapesp.

Alves, L. A. (2007). O Conceito de Lugar. *Vitruvius* .

Andrade, C. Y. (31 de julho de 2012). *Unicamp.* Acesso em 25 de agosto de 2013, disponível em Ensino Superior Unicamp: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social

Auge, M. (2010). *Não- Lugares: Introdução a uma Atropologia da Supermodernidade.* Campinas: Papirus.

Berman, M. (1994). *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar.* São Paulo: Companhia das Letras.

Boschetti, v. R. (setembro de 2007). Acesso em 21 de agosto de 2012, disponível em Revista HISTEDBR: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/27/art18_27.pdf

Brasil, P. (25 de fevereiro de 2011). *Governo.* Acesso em 23 de agosto de 2013, disponível em Portal Brasil: http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/02/educacao

Broadbent, G. (2008). Um guia pessoal descomplicado da teoria dos signos na arquitetura. In: K. Nosbbit, *Uma nova Agenda para a Arquitetura* (p. 141). São Paulo: Cosac Naify.

Castells, M. (1983). *A Questão Urbana.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Choay, f. (2007). *O Urbanismo.* São Paulo: Perspectiva.

Duarte, F. (2002). *Crise das Matrizes Espaciais.* São Paulo: Perspectiva.

Educação, G. (28 de agosto de 2013). *Faturamento de Faculdades Privadas cresce 30% em 2 anos, estima estudo.* Acesso em 29 de agosto de 2013, disponível em G1: http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/08/faturamento-de-faculdades-privadas-cresce-30-em-2-anos-estima-estudo.html?id=2013/08/faturamento-de-faculdades-privadas-cresce-30-em-2-anos-estima-estudo.html&type=noticia&section=educacao&hash=3

Educação, M. d. (28 de agosto de 2013). *Ministério da Educação*. Acesso em 28 de agosto de 2013, disponível em REUNI - Programa de reestruturação e expansão das UNiversidades: http://www.reuni.unir.br/

Escorel, S. (1993). Exclusão Social: Fenômeno Totalitário da Democracia Brasileira. *Saúde e Sociedade* .

Florence, L. (2012). Documento Louis Kahn: tempo e monumento. *Revista AU* , 71

Giddens, A. (1991). *As Consequências da Modernidade.* São Paulo: Unesp.

Giffoni, C. (25 de maio de 2012). *IPEA 50 anos.* Acesso em 21 de agosto de 2013, disponível em Governo: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14326

Gregotti, V. (1975). *TErritório da Arquitetura.* São Paulo: Perspectiva.

Harvey, D. (1980). *A Justiça Social e a Cidade.* São Paulo: Hucitec.

Hugo, V. (1991). *Desbravadores.* Porto Velho: Autor.

Lara, F. (2013). Espaços de Exclusão. *Revista Forum* , ed. 120.

Lefebvre, H. (2000). *La Production de l'Espace.* Paris: Anthropos.

Lefebvre, H. (2009). *O Direito a Cidade.* São Paulo: Centauro.

Lynch, K. (1997). *A Imagem da Cidade.* São Paulo: Martins Fontes.

Nietzsche, F. W. (1988). *A Origem da Tragédia.* São Paulo: Moraes.

Palitot, A. (21 de maio de 2013). *http://alekspalitot.blogspot.com.br/2013_05_01_archive.html*. Acesso em 4 de junho de 2013, disponível em Trilhando a História: http://alekspalitot.blogspot.com.br/2013_05_01_archive.html

Pinto, G. d. (2009). *Arquitetura e Educação: Campus Universitários Brasileiros.* São Carlos: Edufscar.

Porto, C. W. (1990). *Os (Des) Caminhos da Natureza.* São Paulo: Contexto.

Povo, G. d. (11 de setembro de 2012). *Brasil ainda investe pouco em ensino superior, avalia OCDE.* Acesso em 25 de agosto de 2013, disponível em Gazeta do Povo: http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/brasil-ainda-investe-pouco-em-ensino-superior-avalia-ocde-3gm9sgtgxbfcqihsygej7pzke

Santos, B. d. (1989). Da Ideia de Universidade a Universidade de Ideias . *Revista Crítica de Ciências Sociais* , 27.

Santos, M. (1996). *A Natureza do Espaço- Técnica e Tempo, Razão e Emoção.* São Paulo: Hucitec.

Santos, M. (2003). *Economia Espacial.* São Paulo: Edusp.

Santos, M. (1988). *Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teórico e metodológico da Geografia.* São Paulo: Hucitec.

Schwartz, R. (1992). *SCHWARZ, R. (org.). 1992. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades.* São Paulo: Companhia das Letras.

Serpa, A. (2007). *O Espaço Público na Cidade Coiontemporânea.* Salvador: Edufba.

Silva, L. R. (2004). *Do senso- comum à Geografia Crítica.* São Paulo: Contexto.

Soja, E. (1993). *Geografias Pós- MOdernas: aA Reafirmação do espaço na teoria social crítica.* São Paulo: Zahar.

Souza, C. B. (2009). A Constribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da amazônia. *Confins* .

Vieira, A. (21 de abril de 2011). *Brasil fica em ultimo em ranking sobre diplomas universitários.* Acesso em 20 de agosto de 2013, disponível em O Globo: http://oglobo.globo.com/blogs/ecoverde/posts/2011/04/21/brasil-fica-em-ultimo-em-ranking-sobre-diplomas-universitarios-376075.asp

Villaça, F. (2005). *As ilusões do plano diretor.* São Paulo: Edição do auto.